



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90034/2024**

**Data de Abertura: 29/07/2024 às 09:00 no**  
**sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Objeto**

Prestação de serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados.

**Valor estimado**

**R\$ 966.637,34**

<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
NÃO	NÃO SE EXIGE	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO

<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Dem.?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO SE APLICA

**Modo de Disputa**

aberto

**Observações Gerais**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO**

**(PROCESSO SEI 0000633-50.2024.6.17.8000)**

A União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, consoante as condições e especificações deste Edital e anexos.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - Constitui o objeto da presente licitação a prestação de serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital.

**1.2** - A licitação será realizada em grupo(s), conforme tabela constante no Termo de Referência (ANEXO I), devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que o(s) compõem.

**1.3** - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**2 – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1** - A despesa decorrente do objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o Exercício, na Natureza da Despesa 3390.39.74 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica/Fretes e Transportes de Encomendas, na Ação 167864 - Pleitos Eleitorais.

**3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e cadastradas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**3.1.1** - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

**3.1.2** - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2** - Não poderão participar deste Pregão:

**3.2.1** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.2.2** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.2.3** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de licitar ou contratar com o TRE/PE em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

**3.2.3.1** - O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**3.2.4** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE/PE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.2.5** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.2.6** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.2.7** - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.2.8** - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

**3.2.9** – Pessoas físicas.

**3.3** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.3.1** - Consideram-se empresas integrantes do mesmo grupo econômico aqueles que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**3.4** – Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha a ser implantado, e, ainda, no SICAF, bem como no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

**3.5** - A verificação pelo TRE/PE nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para todos os fins no âmbito da presente licitação.

#### **4 - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.2** – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço global, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento/prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (ANEXO I).

**4.2.1** – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**4.2.2** – O PREÇO GLOBAL a ser ofertado será o valor do custo total da contratação, conforme Modelo de Composição de Preços (ANEXO XVI).

**4.3** – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

**4.4** – O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições especificados no Termo de Referência (Anexo I).

**4.5** – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**4.6** – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

**4.7** - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**4.7.1** - cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

**4.7.2** – suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**4.8** – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

**4.9** – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**4.10** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**4.11** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**4.11.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**4.12** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## **5 - DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**5.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**5.2.1** – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**5.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**5.4** – O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

## **6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**6.2** - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3** - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

**6.4.1** - Após o exercício da preferência de que trata o art. 60 da Lei n.º 14.133/2021 esteja configurado o empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados da seguinte forma:

**6.4.1.1** - Será dada a preferência de que trata o § 1º do art. 60 da Lei n.º 14.133-2021;

**6.4.1.2** - Caso a regra prevista no § 1º deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio;

**6.4.1.2.1** - O sorteio ocorrerá na sede do TRE/PE em até três dias após a sessão do Pregão;

**6.4.1.2.2** - O dia e a hora do sorteio serão divulgados aos licitantes pelo(a) Pregoeiro(a);

**6.4.1.2.3** - O evento será transmitido ao vivo pelo canal oficial do TRE/PE da plataforma Youtube.

**6.5** - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.6** - Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.7** - Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.8** - No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**6.9** - Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME n.º 73/2022.

**6.9.1** - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.9.2** - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

**6.9.3** - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**6.9.3.1** - Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o(a) Pregoeiro(a) decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**6.9.3.2** - Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**6.9.3.3** - Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

## **7 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1** - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**7.2** - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**7.3** - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

**7.3.1** - Atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

**7.4** – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.4.1** – Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

**7.4.1.1** - a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

**7.4.1.2** - não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**7.4.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

## **8 – DO JULGAMENTO**

**8.1** – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por grupo.

**8.1.1** – O julgamento será realizado tendo por base a proposta final ajustada, enviada pela empresa licitante nos termos do Edital, independentemente dos dados da proposta inicial cadastrados no sistema.

## **9 - DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**9.1.2** - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## **10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**10.1** – O(A) Pregoeiro(a) solicitará à licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo de Composição de Preços (ANEXO XVI) e devidamente adequada ao último lance ou preço negociado, por meio de campo próprio do sistema.

**10.1.1** – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com), devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**10.1.2** – O prazo para envio da proposta é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.1.3** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

**10.1.4** – A licitante deverá atender à(s) exigências dispostas no Capítulo “Condições da Proposta” do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital.

**10.1.5** – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca do objeto ofertado.

**10.1.5.1** – A possibilidade de solicitação acima não impede que o(a) Pregoeiro(a) obtenha tais informações diretamente na internet e as documente nos autos do processo.

**10.1.6** – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.1.7** – Será desclassificada a proposta vencedora que:



**10.1.7.1** - conter vícios insanáveis;

**10.1.7.2** - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**10.1.7.3** - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, tanto para o item quanto para o grupo;

**10.1.7.4** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**10.1.7.5** - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**10.2** – O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**10.2.1** – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico demandante do TRE/PE para orientar sua decisão.

**10.2.2** – O(A) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão em relação ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**10.2.2.1** – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a).

**10.2.3** - Havendo falhas na proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**10.3** - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**10.3.1** - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

**10.3.1.1** - que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**10.3.1.2** - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.4** - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**10.5** – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/2022 da SEGES/ME.

## **11 – DA HABILITAÇÃO**

**11.1** – Para habilitação neste pregão eletrônico, serão exigidos da licitante classificada em primeiro lugar, os documentos discriminados neste Capítulo, além da regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I ao VI conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018.

**11.2** - Para fins de **habilitação jurídica**, serão exigidos os seguintes documentos:

**11.2.1** - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.2.2** - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**11.2.3** - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.2.4** - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**11.2.5** - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**11.2.6** - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**11.2.7** - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**11.3** - Os documentos apresentados relativos à habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

**11.4** – Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, se for o caso, conforme natureza da pessoa jurídica.

**11.5** - Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos os seguintes documentos:

**11.5.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**11.5.2** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**11.5.3** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.5.4** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.5.5** - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.5.6** - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.5.7** - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.5.8** - Comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**11.6** – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

**11.6.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:**

**11.6.1.1** - Pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, com êxito, serviços de transporte da mesma natureza ou similares ao da presente contratação, em quantidade equivalente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada de volumes a serem transportados, conforme tabela abaixo, sendo admitido o somatório:

	1º TURNO - QUANT URNAS	2º TURNO - QUANT URNAS	TOTAL DE URNAS	QUANT ESTIMADA DE URNAS QUE REPRESENTAM 50% DO GRUPO
GRUPO 1	18.689	12.842	31.531	15.765,50
GRUPO 2	4.965	0	4965	2.482,50
GRUPO 3	9.208	1466	10674	5.337

GRUPO 4	8.423	690	9113	4.556,50
---------	-------	-----	------	----------

**11.6.1.2** - Comprovação de Inscrição e manutenção do cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC do Transportador Rodoviário Remunerado de Cargas - TRRC, conforme Resolução nº 5.982, de 23 de junho de 2022, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

#### **11.6.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**11.6.2.1** - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua apresentação;

**11.6.2.1.1** - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

#### **11.6.3 - OUTROS DOCUMENTOS:**

**11.6.3.1** - A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

**11.6.3.1.1** - Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

**11.6.3.1.2** - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**11.7** – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, ou que sejam necessários para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.9, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do campo de “anexos” do sistema.

**11.7.1** – O prazo para envio dos documentos de que trata o item acima é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.7.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.7.3** – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.7.4** – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com), devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**11.8** – A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

**11.8.1** – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**11.8.1.1** – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sala do(a) Pregoeiro(a) do TRE/PE, situada na Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife – PE, Telefone: (81) 3194-9200, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.9** - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.7, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação para:

**11.9.1** - a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**11.9.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**11.9.3** - a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

**11.10** - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.11 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

**11.11** – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**11.11.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**11.11.2** – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**11.12** – Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**11.13** – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.13.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**11.13.2** – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

**11.14** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**11.14.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**11.15** – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**11.15.1** – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**11.15.1.1** - identidade dos sócios;

**11.15.1.2** - atuação no mesmo ramo de atividades;

**11.15.1.3** - data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**11.15.1.4** - compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

**11.15.1.5** - identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**11.15.1.6** - identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**11.15.2** – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**11.15.3** – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**11.15.3.1** - inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

**11.15.3.2** - relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

**11.16** - A documentação referente à qualificação técnica será analisada pela equipe designada pela Seção de Transportes - SETRANS, e a relativa à qualificação econômico-financeira será analisada por contadores deste Tribunal.

**11.17** – Em se tratando de empresas reunidas em consórcio, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**11.17.1** - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

## **12 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**12.1** – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**12.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

**12.3** – A licitante vencedora deverá encaminhar ao TRE/PE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado do encerramento da sessão, documento contendo as informações dispostas no ANEXO XVIII, para o e-mail [assec@tre-pe.jus.br](mailto:assec@tre-pe.jus.br), para fins de formalização do Contrato.

## **13 – DOS RECURSOS**

**13.1** - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ou na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

**13.3** - As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.4** - Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6** - Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do §1º, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**13.7** - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## **14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e, exauridos os recursos administrativos quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

## **15 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**15.1** - Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2** - Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**15.3** - O prazo para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/PE.

**15.4** - Será verificado por meio do Sicaf e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

**15.4.1** - A licitante vencedora deverá comprovar de que a empresa e seus dirigentes não possuem condenação por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções da OIT, no art. 29 e no art. 105.

**15.4.1.1** - A comprovação acima será feita mediante Certidão Judicial de Distribuição da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual da licitante e de seus dirigentes.

**15.5** - Quando a licitante convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

**15.5.1** - Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:



**15.5.1.1** - Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**15.5.1.2** - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16 - DO PAGAMENTO**

**16.1** - Conforme **Capítulo “DO PAGAMENTO”** constante da minuta do Contrato **(ANEXO XVII)**.

## **17 - DAS SANÇÕES**

**17.1** - As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**17.2** - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta.

**17.2.1** - A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do TRE/PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**17.3** – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **18 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**18.1** – Até às 14h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**18.2** – Compete ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**18.2.1** – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**18.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**18.4** – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a) até as 14h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**18.4.1** – O(A) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**18.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE/PE para os interessados.

## **19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**19.2** - É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**19.3** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**19.4** - O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

**19.5** - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**19.6** - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

**19.7** - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item **19.9**.

**19.8** - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

**19.9** - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**19.10** - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

**19.11** - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

**19.12** - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**19.13** - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

**19.14** - Consoante o prescrito no art. 2º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução n.º 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente à Contratante.

**19.15** - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

**19.16** - Fica vedada a adjudicação e a posterior contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, os serviços exijam a segregação de funções, de modo a assegurar a possibilidade de participação das licitantes em todos os itens, estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.

**19.17** - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelos telefones (81) 3194-9283, 3194-9284 e 3194-9285, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, ou pelos e-mails [nulic@tre-pe.jus.br](mailto:nulic@tre-pe.jus.br) e [cpltrepe@gmail.com](mailto:cpltrepe@gmail.com).

**19.18** – O Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).

Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência
<b>ANEXO II</b>	Roteiro de Distribuição - Grupo 1
<b>ANEXO III</b>	Roteiro de Distribuição - Grupo 2
<b>ANEXO IV</b>	Roteiro de Distribuição - Grupo 3
<b>ANEXO V</b>	Roteiro de Distribuição - Grupo 4
<b>ANEXO VI</b>	Roteiro de Recolhimento - Grupo 1
<b>ANEXO VII</b>	Roteiro de Recolhimento - Grupo 2
<b>ANEXO VIII</b>	Roteiro de Recolhimento - Grupo 3

<b>ANEXO IX</b>	Roteiro de Recolhimento - Grupo 4
<b>ANEXO X</b>	Endereços dos Locais de Armazenamento e Coleta
<b>ANEXO XI</b>	Municípios para Distribuição e Recolhimento
<b>ANEXO XII</b>	Modelo de Urna utilizado por polo eleitoral
<b>ANEXO XIII</b>	Endereços dos Cartórios Eleitorais de Pernambuco
<b>ANEXO XIV</b>	Modelo de Etiqueta
<b>ANEXO XV</b>	Modelo de Recibo Entrega e Recolhimento
<b>ANEXO XVI</b>	Modelo de Composição de Preços
<b>ANEXO XVII</b>	Minuta do Contrato
<b>ANEXO XVIII</b>	Cadastro para assinatura de Ata/Contrato

Recife, 09 de julho de 2024.

**Aurora Capela Gomes**  
Assessoria de Editais e Contratos  
Assessora-chefe



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO I**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Objeto a ser Contratado** (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

**1.1. Descrição Detalhada do Objeto**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

O Contratante é responsável pela roteirização, indicação dos veículos mais adequados aos roteiros, armazenamento das urnas eletrônicas nos polos eleitorais e carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas, através de planejamento e execução com pessoal próprio.

Os veículos a serem utilizados nos roteiros estão indicados nos ANEXOS II a IX do Edital - MODELO DE ROTEIROS/ROTEIROS ANTERIORES (2022) - COM SUGESTÃO DO TIPO DE VEÍCULO A SER UTILIZADO EM CADA ROTEIRO, e a contratada deverá disponibilizar para cada roteiro, no mínimo, o veículo indicado, podendo utilizar, caso entenda, veículo com capacidade maior de carga.

É responsabilidade da contratada dimensionar o tipo de veículo com a capacidade adequada de carga para cada roteiro, levando-se em consideração a quantidade de urnas a ser transportada, o peso e principalmente a volumetria da carga, de acordo com o tamanho das urnas indicados no subitem 4.1 deste TR.

A quantidade de roteiros de Distribuição e de Recolhimento para os dois turnos das Eleições está indicada no ANEXO XI do Edital - **MUNICÍPIOS PARA DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS.**

Por se tratar de um contrato cujo objeto é apenas a execução do serviço de transporte das urnas eletrônicas, **não serão permitidas, em nenhuma hipótese**, alterações ou sugestões, por parte da contratada, sobre armazenamento das urnas eletrônicas, roteiros, tipos de veículos utilizados ou sobre o carregamento dos veículos, pois é de fundamental importância, dentro do formato de logística adotado pelo TRE-PE, que o planejamento e a execução destas etapas da logística sejam feitas pelo próprio TRE-PE.

O objeto desta contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o artigo 125, da Lei 14.133 de 01/04/2021.

É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações relativas à sublocação de veículos, nos termos do art. 122 da Lei n.º 14.133/2021, sendo necessário que a contratada disponha de, **no mínimo, 01 (um) veículo de sua propriedade por grupo.**

### **Limite máximo que poderá ser subcontratado**

PARA O GRUPO 1 - ATÉ 108 (CENTO E OITO) VEÍCULOS;

PARA O GRUPO 2 - ATÉ 60 (SESSENTA) VEÍCULOS;

PARA O GRUPO 3 - ATÉ 84 (OITENTA E QUATRO) VEÍCULOS;

PARA O GRUPO 4 - ATÉ 126 (CENTO E VINTE E SEIS) VEÍCULOS.

É vedada a subcontratação da parcela referente ao planejamento, coordenação e adoção das providências para o fornecimento dos veículos demandados no âmbito do contrato.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

O contratado é o responsável pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal, próprio ou das subcontratadas, vinculado aos serviços objeto desta contratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

O contratado deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista e a declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme a documentação exigida para habilitação nos termos do ato convocatório, relativamente à empresa subcontratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, ficando o fiscal designado responsável por seu acompanhamento.

A empresa subcontratada não poderá estar impedida de licitar e contratar perante a União. Para verificação dessa condição, o fiscal do contrato efetuará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Em caso de subcontratação, a subcontratada deverá preencher todas as condições técnicas exigidas para habilitação neste Edital, proporcionais aos serviços subcontratados;

Após comprovado o preenchimento das condições técnicas, a subcontratação será submetida à apreciação do fiscal técnico para análise e aprovação. A subcontratação não acarretará vínculo contratual com o TRE/PE.

### **Justificativa para a permissão de subcontratação**

A previsão da possibilidade de subcontratação parcial do objeto apenas quanto à sublocação de veículos, sendo necessário que a contratada disponha de, **no mínimo, 01 (um) veículo de sua propriedade** por grupo justifica-se pois a natureza dos serviços de transporte de urnas nas diversas localidades do estado de Pernambuco bem como os **diversos tipos de veículos exigidos** na contratação para tal fim (kombis, caminhões, vans, etc) leva as empresas a disponibilizarem veículos de terceiros, **fato que justifica a necessidade e o quantitativo previsto de subcontratação.**

Ademais, como há a possibilidade de empresas não sediadas em Pernambuco ganharem o certame, entendemos que estaríamos restringindo a competitividade caso não fosse permitida a subcontratação, pois estas empresas de transporte de carga ficariam impossibilitadas de disponibilizar a sua frota, mesmo que a possuíssem na integralidade exigida na contratação - trasladar a frota para Pernambuco - , para o atendimento do serviço no nosso estado.

Experiências com as contratações passadas nos leva a repetir a possibilidade de subcontratação, sendo necessário que a contratada disponha de, no mínimo, 01 (um) veículo de sua propriedade por grupo.

Informamos que mesmo na época em que este serviço de transporte era realizado pelos Correios, existia subcontratação da maioria dos veículos, pois até mesmo uma empresa com a capilaridade dos Correios não detém frota de veículos diversificada o suficiente para atendimento da demanda com veículos próprios.

O serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, tem natureza COMUM, possuindo características comuns e usuais encontradas no mercado, uma vez que os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

A contratação dos serviços, portanto, será realizada **por grupo**, correspondentes às respectivas regiões, devido à proximidade dos municípios, infraestrutura e semelhanças geográficas, conforme estimativa apresentada abaixo:

<b>GRUPO 1 - PARA O 1º TURNO</b>	<b>GRUPO 1 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)</b>
----------------------------------	--

DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
Item	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	Item	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
1	1	RECIFE	10.082	1	1	RECIFE	8.836
2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917	2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0
3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2.616
4	15	IGARASSU	2.544	4	15	IGARASSU	1.390
TOTAL DE URNAS			18.689	TOTAL DE URNAS			12.842

GRUPO 2 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 2 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
Item	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	Item	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
5	3	CARPINA	1.980	5	3	CARPINA	0
6	5	SURUBIM	1.811	6	5	SURUBIM	0
7	16	LIMOEIRO	1.174	7	16	LIMOEIRO	0
TOTAL DE URNAS			4.965	TOTAL DE URNAS			0



GRUPO 3 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 3 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
<b>Item</b>	<b>Polo</b>	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	<b>Item</b>	<b>Polo</b>	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
8	4	PALMARES	2.276	8	4	PALMARES	0
9	6	CARUARU	2.992	9	6	CARUARU	1.466
10	7	GARANHUNS	2.376	10	7	GARANHUNS	0
11	17	BELO JARDIM	1.564	11	17	BELO JARDIM	0
TOTAL DE URNAS			9.208	TOTAL DE URNAS			1.466

GRUPO 4 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 4 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
<b>Item</b>	<b>Polo</b>	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	<b>Item</b>	<b>Polo</b>	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
12	8	ARCOVERDE	1.566	12	8	ARCOVERDE	0
13	9	SERRA TALHADA	1.054	13	9	SERRA TALHADA	0
14	10	PETROLÂNDIA	986	14	10	PETROLÂNDIA	0
15	11	SALGUEIRO	789	15	11	SALGUEIRO	0

16	12	OURICURI	1.544	16	12	OURICURI	0
17	13	PETROLINA	1.232	17	13	PETROLINA	690
18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252	18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	0
TOTAL DE URNAS			8.423	TOTAL DE URNAS			690

## 1.2. Vigência da Contratação e Possibilidade de Prorrogação

1.2.1 - A presente aquisição terá prazo de vigência com início na data de publicação do extrato do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e término em 31 de dezembro de 2024.

1.2.2 - O prazo de execução do objeto desta contratação terá início 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato até 1 dia após o 1º Turno das Eleições ou do 2º Turno, se houver.

1.2.3 - Considerando que a presente aquisição possui características de contrato de escopo, cuja execução somente se opera com a conclusão do objeto e o seu recebimento pelo CONTRATANTE, o prazo de vigência previsto no **subitem 1.2.1 deste TR** será automaticamente prorrogado quando o objeto contratado não for concluído no prazo de execução indicado no **subitem 1.2.2 deste TR**.

1.2.4 - Na hipótese do **subitem 1.2.3 deste TR**, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) o CONTRATADO será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) o CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato.

1.2.5 - O prazo de vigência do contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

Tendo em vista que o TRE/PE não dispõe de veículos que comportam o transporte, dentro do período pretendido, do elevado número de urnas eletrônicas que serão utilizadas nas eleições Municipais de 2024, faz-se necessária a contratação dos serviços de gestão de logística e transporte unificado para realizar a distribuição e recolhimento desses equipamentos, observando os roteiros estabelecidos nos ANEXOS II a IX do Edital.

Notoriamente, a urna eletrônica é um microcomputador de uso específico para eleições, que permite ao eleitor a escolha de seus representantes com segurança e agilidade, legitimando, por meio de seu voto na

urna eletrônica, a escolha de seus governantes. Em resumo, a urna eletrônica proporciona um processo eleitoral fácil, rápido e seguro.

A solução proposta, contratação de empresa especializada em gestão de logística e transporte rodoviário de carga é a mais adequada e única, tendo em vista a necessidade de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas para as eleições.

O transporte tem que ser rodoviário, pois não dispomos de transporte aéreo, fluvial ou férreo que conecte os locais de armazenamento de urnas aos diversos municípios da RMM e do interior do Estado de Pernambuco.

Considerando a complexidade, a confidencialidade, a segurança, a concentração de gerenciamento e, ainda, pelo fato das urnas eletrônicas serem bens sensíveis e essenciais ao desenvolvimento do Processo Eleitoral, cuja distribuição e recolhimento tem caráter inadiável e especial, exige-se que a contratação seja de apenas uma única empresa por grupo para execução dos serviços pretendidos neste Termo de Referência.

A fundamentação da contratação se lastreia ainda nas necessidades delineadas nos itens 1.4 e 1.9 do ETP (2572975) transcritos abaixo, e no item 4 deste TR:

#### *"1.4. Requisitos do Objeto*

*Em 2024 teremos as Eleições Municipais e para tanto faz-se necessário transportar , de forma segura, as urnas eletrônicas para os diversos locais de votação no estado de Pernambuco e posterior recolhimento, transporte e devolução das mesmas aos locais indicados, no 1º turno e 2º turno, se houver, em cumprimento ao constante neste ETP.*

*Desde o advento da urna eletrônica, a partir do ano de 1996, tornou-se imperiosa a contratação de empresa especializada para efetuar os serviços descritos nestes estudos preliminares. As 122 (cento e vinte e duas) Zonas Eleitorais do Estado, distribuídas em 18 (dezoito) polos eleitorais, não dispõem de estrutura – material e humana – para a realização desta operação em um prazo tão exíguo como o que se impõe, envolvendo, ainda, uma robusta e diferenciada logística para a sua execução.*

*As urnas eletrônicas são preparadas para a votação nas sedes dos polos eleitorais e precisam ser transportadas, próximo ao dia do pleito eleitoral, para as Zonas Eleitorais e aos respectivos locais de votação, onde serão utilizadas no processo de votação, ou para o Cartório Eleitoral.*

*Para a realização do transporte das urnas, a empresa precisa disponibilizar veículos, motoristas e carregadores, além de uma equipe de gestão destes recursos para os 18 (dezoito) polos eleitorais. O tempo de entrega previsto de cada roteiro normalmente não ultrapassa as 6 (seis) horas, de forma a garantir que a entrega/recolhimento das urnas ocorra no horário das 8h às 14h (expediente do Tribunal).*

*O TRE/PE não possui veículos e servidores suficientes para a realização desta atividade que envolve gerenciamento e execução, sendo necessária a contratação de empresa especializada para realizar os processos de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas em todo Estado.*

*O TRE/PE também não possui condições de gerenciar diretamente uma frota de veículos, motoristas, carregadores e demais pessoas envolvidas, necessários ao atendimento desta demanda, considerando as dimensões logísticas desta operação.*

#### **REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- Apresentação de Garantia
- Prepostos
- Motoristas
- Carregadores
- Veículos"

### 1.9. Descrição e justificativa da solução escolhida

A solução adotada consiste na contratação de serviços gestão logística e disponibilização de transporte rodoviário para e coleta, distribuição, recolhimento e devolução das urnas eletrônicas dos locais de votação aos locais indicados, no 1º turno e 2º turno, se houver. A opção é a mais adequada, pois se trata de equipamento que requer segurança no transporte e, principalmente, garantia de que estará no local de votação e na seção correta para operar a partir do horário previsto, no dia da eleição.

Além do mais, a contratação direta através de suprimento de fundos e a contratação direta dos Correios não parecem ser as soluções mais razoáveis. Da mesma forma, os serviços não poderiam ser realizados pelos cartórios eleitorais, os quais não dispõem de estrutura material e de pessoal para a operação, que ocorre em prazo exíguo e envolve logística complexa e diferenciada para a sua plena e exitosa execução. Tampouco o trabalho poderia ser realizado pela frota atual de veículos do TRE, pois não contemplaria sequer a demanda para a Capital.

Com a adoção do voto eletrônico, tornou-se necessária a contratação de empresa especializada para efetuar os serviços em comento, os quais foram realizados, inicialmente, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Para as Eleições 2024 deverá haver contratação de empresa(s) por meio de licitação, assim como foi feito com êxito nas Eleições 2020 e 2022, para realizarem o transporte com eficiência, atendendo aos requisitos que a atividade impõe.

Para o desenvolvimento do processo logístico de transporte, o estado de Pernambuco será dividido em 04 (quatro) grupos, devido as seguintes razões:

- a) Proximidade dos municípios, infraestrutura e semelhanças geográficas, sendo cada grupo adjudicável/contratável em separado;
- b) A licitação nestes moldes possibilita uma maior economia de recursos tanto para o Tribunal quanto para os licitantes, pois facilita o planejamento e a distribuição/recolhimento de urnas eletrônicas aos locais de votação por manter a uniformidade no transporte;
- c) O serviço a ser prestado possui uma única natureza, ou seja, serviços de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, portanto, em tese, poderia ser agrupado em grupo único. Entretanto, observando a realidade do mercado, dividiu-se em 04 (quatro) grupos, de modo a oportunizar a participação de todos os interessados;
- d) Por outro lado, se a divisão do objeto fosse feita de forma que cada município configurasse um item, em razão da natureza do pregão eletrônico, haveria um grande risco de não aparecer interessados em algumas zonas eleitorais do estado de Pernambuco, devido a suas particularidades, tais como: muitos locais de difícil acesso, seções predominantemente em zona rural;
- e) Haveria desnecessariamente a multiplicação de contratos, em que uma empresa prestaria serviços em uma ou duas zonas. Nessas condições o contrato tornar-se-ia economicamente inviável, uma vez que o

lucro referente a um contrato que envolva uma ou duas zonas é insignificante para cobrir o elevado dispêndio que a contratada gasta para cumprir as exigências necessárias para realização dos serviços. Além disso, dificulta a fiscalização e a própria gestão do contrato pelo Tribunal.

f) Cabe ressaltar, que tribunais com dimensões geográficas parecidas com o estado de Pernambuco, que contratam os mesmos serviços há várias eleições, com êxito, também adotam a forma de contratação por grupos, levando em consideração o que foi explicitado acima.

g) Por fim, cabe retrucar o argumento favorável a segmentação da licitação por item, sendo cada item um município, já que não segue a lógica esperada de ampliação da competitividade, através da participação de empresas sediadas na municipalidade. Prova disso, foram as diversas licitações realizadas por este TRE-PE para a contratação de outros serviços, cujo objeto fora dividido de forma a fomentar essa presença de empresas locais. Em tais certames, não houve participação de empresas sediadas no interior do estado de Pernambuco. Ainda que houvesse, haveria a inviabilidade econômica conforme descrita na parte final na alínea "c". Portanto, a divisão em quatro grupos tem como intuito tornar a licitação tecnicamente viável.

A contratação dos serviços, portanto, será realizada por grupos, correspondentes às respectivas regiões, devido à proximidade dos municípios, infraestrutura e semelhanças geográficas, conforme estimativa apresentada abaixo:

GRUPO 1 - PARA O 1º TURNO					GRUPO 1 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)				
DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO					DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				
Ite m	Pol o	Município de Polo	Sede	Quant.  urnas eletrônicas	Ite m	Pol o	Município de Polo	Sede	Quant.  urnas eletrônicas
1	1	RECIFE		10.082	1	1	RECIFE		8.836
2	2	VITÓRIA SANTO ANTÃO	DE	1.917	2	2	VITÓRIA SANTO ANTÃO	DE	0
3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES		4.146	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES		2.616
4	15	IGARASSU		2.544	4	15	IGARASSU		1.390
TOTAL DE URNAS				18.689	TOTAL DE URNAS				12.842

GRUPO 2 - PARA O 1º TURNO	GRUPO 2 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)
---------------------------	---------------------------------------

DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO					DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				
<i>Ite m</i>	<i>Pol o</i>	<i>Município de Polo</i>	<i>Sede</i>	<i>Quant. urnas eletrônicas</i>	<i>Ite m</i>	<i>Pol o</i>	<i>Município de Polo</i>	<i>Sede</i>	<i>Quant. urnas eletrônicas</i>
5	3	CARPINA		1.980	5	3	CARPINA		0
6	5	SURUBIM		1.811	6	5	SURUBIM		0
7	16	LIMOEIRO		1.174	7	16	LIMOEIRO		0
TOTAL DE URNAS				4.965	TOTAL DE URNAS				0

GRUPO 3 - PARA O 1º TURNO				GRUPO 3 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)					
DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO					
<i>Ite m</i>	<i>Pol o</i>	<i>Município de Polo</i>	<i>Sede</i>	<i>Quant.  urnas eletrônicas</i>	<i>Ite m</i>	<i>Pol o</i>	<i>Município de Polo</i>	<i>Sede</i>	<i>Quant.  urnas eletrônicas</i>
8	4	PALMARES		2.276	8	4	PALMARES		0
9	6	CARUARU		2.992	9	6	CARUARU		1.466
10	7	GARANHUNS		2.376	10	7	GARANHUNS		0
11	17	BELO JARDIM		1.564	11	17	BELO JARDIM		0
TOTAL DE URNAS				9.208	TOTAL DE URNAS				1.466

GRUPO 4 - PARA O 1º TURNO				GRUPO 4 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)			
DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			

<i>Item</i>	<i>Polo</i>	<i>Município Sede de Polo</i>	<i>Quant. urnas eletrônicas</i>	<i>Item</i>	<i>Polo</i>	<i>Município Sede de Polo</i>	<i>Quant. urnas eletrônicas</i>
12	8	ARCOVERDE	1.566	12	8	ARCOVERDE	0
13	9	SERRA TALHADA	1.054	13	9	SERRA TALHADA	0
14	10	PETROLÂNDIA	986	14	10	PETROLÂNDIA	0
15	11	SALGUEIRO	789	15	11	SALGUEIRO	0
16	12	OURICURI	1.544	16	12	OURICURI	0
17	13	PETROLINA	1.232	17	13	PETROLINA	690
18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252	18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	0
TOTAL DE URNAS			8.423	TOTAL DE URNAS			690

*Por se tratar de um contrato cujo objeto é apenas a execução do serviço de gestão logística de transporte das urnas eletrônicas, não serão permitidas, em nenhuma hipótese, alterações ou sugestões, por parte da contratada, sobre armazenamento das urnas eletrônicas, roteiros, tipos de veículos utilizados ou sobre o carregamento dos veículos, pois é de fundamental importância, dentro do formato de logística adotado pelo TRE-PE, que o planejamento e a execução destas etapas da logística sejam feitas pelo próprio TRE-PE.*

*O objeto desta contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o artigo 125, da Lei 14.133 de 01/04/2021.*

*É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:*

*É vedada a subcontratação total do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ressalvadas as subcontratações relativas à sublocação de veículos, sendo necessário que a contratada disponha de, no mínimo, 01 (um) veículo de sua propriedade.*

*É vedada a subcontratação da parcela referente ao planejamento, coordenação e adoção das providências para o fornecimento dos veículos demandados no âmbito do contrato.*

*Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado,*

*bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

*O contratado é o responsável pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal, próprio ou das subcontratadas, vinculado aos serviços objeto desta contratação.*

*A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

*O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

*O contratado deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista e a declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme a documentação exigida para habilitação nos termos do ato convocatório, relativamente à empresa subcontratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, ficando o fiscal designado responsável por seu acompanhamento.*

*A empresa subcontratada não poderá estar impedida de licitar e contratar perante a União. Para verificação dessa condição, o fiscal do contrato efetuará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.*

*É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

*\* Art. 18, §1º da Lei 14.133/2021, IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:*

*Como relatado, o TRE/PE não dispõe de veículos que comportam o transporte, dentro do período pretendido, do elevado número de urnas eletrônicas que serão utilizadas nas Eleições Municipais de 2024 em Pernambuco.*

*Uma empresa de logística em transportes possui a estrutura e os conhecimentos necessários para que o transporte da carga aconteça de maneira segura, rápida e satisfatória, dispondo de veículos de diferentes portes e formatos para atender a solução pretendida.*

*Considerando que não há no Tribunal veículos, tampouco pessoal especializado para realizar a distribuição das urnas eletrônicas para todo o estado de Pernambuco, verificou-se portanto a necessidade da contratação de empresa competente para realizar o referido serviço."*

### **3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor** (art.6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021)

Pregão Eletrônico.



### 3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**.

### 3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Entendemos não ser cabível nesta contratação a adoção do critério da exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte haja vista a complexidade, extrema criticidade e o escopo financeiro da contratação, nos termos do inciso II, Art. 10, Decreto n.º 8.538/2015.

### 3.3. Das Condições de Habilitação

#### Exigências de Habilitação

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnica e econômico-financeira, será verificada **através de consulta ao SICAF** (nos níveis de cadastro I ao VI), conforme documentação especificada neste item.

É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica.

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins da nº 14.133/2021, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

**Poderão participar consórcio de pessoas jurídicas no certame,** observadas as seguintes normas:

**I** - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**II** - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

#### **Justificativa para o afastamento de Pessoas Físicas:**

A contratação em tela exige capital social mínimo e estrutura mínima com equipe de profissionais e corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, observado o art. 4º, § único, da IN SEGES n.º 116/2021. É necessário que a empresa comprove um razoável equilíbrio econômico-financeiro, que a permita (ao menos em tese) assumir todas as obrigações decorrentes do contrato a ser firmado.

A referida IN determina, ainda, em seu art. 4º, § único que será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do

objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”, que é o caso da contratação em tela, onde há a necessidade de equipe de profissionais (prepostos, motoristas, carregadores) e veículos e habilidades de logística e gestão já demonstrados no ETP.

- O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.
- O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.
- Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
- Substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração que atende ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

**"XXXIII** - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)"

- g) Declaração de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

### **Habilitação econômico-financeira**

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de

validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação;

b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

#### **Justificativa para exigência de Qualificação econômico-financeira:**

Os requisitos qualificadores estão fundamentados em normas da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG. *Embora a aplicação da instrução não seja exigida no TRE/PE, utilizamos algumas de suas regras por serem recomendadas por órgãos de controle, o que dá ao gestor do órgão maior segurança em suas contratações.*

*A justificativa para a exigência desse requisito se dá pela necessidade de que as os licitantes demonstrem capacidade econômica de assumir as obrigações oriundas da contratação pretendida, minimizando o risco ou evitando descumprimentos e irregularidades na execução contratual, os quais poderiam ser prejudiciais ao patrimônio público, a serviços no Tribunal e à sua missão institucional mais importante, as Eleições.*

*Justificam-se, portanto, os requisitos acima pela fundamentação normativa exposta e pelo objetivo de acautelar o Tribunal de empresas financeiramente inaptas de suportar contrato de serviços envolvendo a logística na distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas para as Eleições Municipais de 2024.*

#### **Habilitação técnica**

A qualificação técnica se dará por meio da comprovação de execução de atividades pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em conformidade com o § 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com os itens abaixo descritos, admitindo-se, em caso de consórcio, do somatório dos quantitativos de cada consorciado. **Para licitante individual, para comprovação da realização dos serviços requeridos, os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em documentos distintos, sendo admitido o somatório:**

Pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, com êxito, serviços de transporte da mesma natureza ou similares ao da presente contratação, em quantidade equivalente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada de volumes a serem transportados, conforme tabela abaixo:

	1º TURNO - QUANT URNAS	2º TURNO - QUANT URNAS	TOTAL DE URNAS	QUANT ESTIMADA DE URNAS QUE REPRESENTAM 50% DO GRUPO
GRUPO 1	18.689	12.842	31.531	15.765,50
GRUPO 2	4.965	0	4965	2.482,50
GRUPO 3	9.208	1466	10674	5.337
GRUPO 4	8.423	690	9113	4.556,50

Comprovação de Inscrição e manutenção do cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC do Transportador Rodoviário Remunerado de Cargas - TRRC, conforme Resolução Nº 5.982, DE 23 DE JUNHO DE 2022, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

Os documentos relativos à qualificação técnica serão analisados pelo Setor contratante.

#### **Justificativa para exigência de Habilitação Técnica:**

Considerando a complexidade, a confidencialidade, a segurança, a concentração de gerenciamento e, ainda, pelo fato das urnas eletrônicas serem bens sensíveis e essenciais ao desenvolvimento do processo eleitoral, cuja distribuição e recolhimento têm caráter inadiável e especial mensuramos como exigência o quantitativo mínimo de quantidade estimada de volumes a serem transportados de modo a garantir a efetividade na prestação do serviço contratando-se empresas que detenham experiência anterior com o fornecimento de serviço compatível e assemelhado com o objeto da presente licitação.

Ademais, a contratação de uma empresa que não tenha experiência anterior com a movimentação mínima desses materiais seria temerário e colocaria em risco a efetividade do pleito, conforme já explanado no ETP, no seu item 1.4 - Requisitos do objeto - abaixo transcrito, entendemos que tal exigência não restringe o certame:

*"Para a realização do transporte das urnas, a empresa precisa disponibilizar veículos, motoristas e carregadores, além de uma equipe de gestão destes recursos para os 18 (dezoito) polos eleitorais. O tempo de entrega previsto de cada roteiro normalmente não ultrapassa as 6 (seis) horas, de forma a garantir que a entrega/recolhimento das urnas ocorra no horário das 8h às 14h (expediente do Tribunal).*

*O TRE/PE não possui veículos e servidores suficientes para a realização desta atividade que envolve gerenciamento e execução, sendo necessária a contratação de empresa especializada para realizar os processos de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas em todo Estado."*

A contratação em comento traz um nível de complexidade operacional e escopo orçamentário que exigem a delimitação de certos requisitos técnicos os quais devem ser cumpridos pelas empresas interessadas. Neste caso em pauta, trazemos a exigência de comprovação de prestação do serviço objeto deste expediente que representem 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais de cada grupo.

Considerando que com a contratação em comento serão atendidos todos os locais de votação do Estado de Pernambuco com a efetiva entrega de 82.842 urnas eletrônicas em um prazo bem curto, entendemos prudente exigir das empresas interessadas a comprovação da capacidade de prestar o serviço a um quantitativo mínimo de urnas movimentadas.

A exigência de qualificação técnica das licitantes é uma forma de mitigar o risco de que a principal atividade institucional do Regional reste prejudicada. Por isso, entende-se justificados os parâmetros eleitos por esta gestão para a comprovação técnica exigida, guardando assim, a exigência, proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

#### **4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária** (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'j' e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

##### **4.1. Descrição da Solução**

###### **4.1.1 - CARACTERÍSTICAS DO OBJETO A SER TRANSPORTADO**

A urna eletrônica é um equipamento com dispositivos eletrônicos, utilizado para coletar os votos dos eleitores nas eleições brasileiras, formado por duas partes conectadas entre si: um terminal para uso do mesário e um terminal para uso do eleitor.

A urna eletrônica possui uma caixa própria para o transporte, com as dimensões e o peso informados abaixo:

<b>DIMENSÕES DAS URNAS A SEREM TRANSPORTADAS NOS GRUPO 1, 2 E 4</b>	
Urna Eletrônica embalada (modelo UE2020/UE2022)	
PESO	9 KG
DIMENSÕES	Altura: 29,5 cm Largura: 42,5 cm Profundidade: 41,5 cm

<b>DIMENSÕES DAS URNAS A SEREM TRANSPORTADAS NO GRUPO 3</b>	
Urna Eletrônica embalada (modelos UE2013/UE2015)	
PESO	10 KG
DIMENSÕES	Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5cm

OBS: O setor demandante manterá o mesmo modelo de caixa para cada roteiro, a fim de que não prejudique ou interfira na acomodação das urnas no momento do carregamento.

#### 4.1.2 - SERVIÇOS REFERENTES AO 1º TURNO E AO 2º TURNO (SE HOUVER):

O serviço contratado compreende:

- a.o carregamento de veículos com as urnas eletrônicas nos locais de armazenamento, conforme lista dos endereços e respectivos quantitativos de urnas eletrônicas, conforme ANEXO X do Edital;
- b.a distribuição até os locais indicados nos roteiros fornecidos pelo contratante (locais de votação, cartórios eleitorais e outros locais designados), conforme ANEXOS II a IX do Edital;
- c.o recolhimento e devolução aos locais de armazenamento, conforme ANEXO X do Edital.

Os serviços deverão ser prestados nos 184 municípios do estado de Pernambuco, subdivididos em 4 (quatro) grupo, conforme ANEXO XI do Edital.

Os locais de votação com as respectivas quantidade de seções estão relacionados nos ANEXOS II a IX do Edital, podendo, ainda, haver alterações ou supressões de locais, devido a fatores supervenientes advindos do processo eleitoral.

Os endereços dos cartórios eleitorais para a prestação dos serviços estão relacionados no ANEXO XIII do Edital, podendo, ainda, haver alterações de endereço, devido a fatores supervenientes advindos do processo eleitoral.

Excepcionalmente, poderá ocorrer alterações de até 20% (vinte por cento) nos quantitativos de urnas eletrônicas e/ou de até 5%(cinco por cento) nos quantitativos de roteiros de distribuição e/ou recolhimento de urnas eletrônicas, em razão de lembramentos ou desmembramentos de Seções Eleitorais, a fim de melhor atender ao processo eleitoral.

Excepcionalmente, também, poderá ocorrer alterações dos locais preparação de urnas eletrônicas em decorrência de força maior ou em razão de ações da natureza.

A **distribuição** e o **recolhimento** das urnas eletrônicas seguem, tanto na distribuição como no recolhimento, roteiros definidos, elaborados pelos cartórios eleitorais de Pernambuco através de um sistema de informação próprio, e disponibilizados à empresa contratada pelo TRE-PE de forma centralizada e com prazo definido.

Serão fornecidos à Contratada, até 24 (vinte e quatro) dias antes do 1º Turno, todos os roteiros de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas que serão elaborados pelos cartórios eleitorais, juntamente com documentos de apoio correlatos .

Os chefes dos cartórios eleitorais são os responsáveis pela elaboração dos roteiros de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas das suas respectivas zonas eleitorais, bem como da possível modificação dos mesmos, podendo a quantidade de roteiros ser de até **8 (oito)**, a depender das suas necessidades e estratégias locais em relação à gestão de pessoal e segurança.

Os cartórios eleitorais também elaboram, em casos excepcionais, roteiro para execução própria em veículos providenciados pelo próprio cartório eleitoral, tanto para distribuição como para recolhimento de urnas eletrônicas.

Cada roteiro possui as seguintes informações: município, zona, quantidade de locais de entrega/coleta, quantidade de urnas eletrônicas, número do roteiro, tipo de ambiente, tipo de veículo, distância a ser percorrida, tempos de parada em cada local, tempo de duração previsto do roteiro, tipos de urna transportada, e os nomes dos locais de entrega/coleta com os respectivos endereços na ordem de entrega/coleta, conforme ANEXOS II a IX do Edital.

O documento do roteiro pode conter, na sua parte superior junto ao cabeçalho, alguma observação que também deverá ser executada conforme nele descrita.

As caixas das urnas eletrônicas terão etiquetas contendo informações de identificação da urna eletrônica: turno da eleição, município, zona eleitoral, seção eleitoral (se for urna de seção), local, roteiro, tipo de ambiente, tipo de veículo, tipo de urna e informações de armazenamento, conforme modelo contido no ANEXO XIV do Edital.

As urnas eletrônicas a serem transportadas estarão identificadas pelos seguintes tipos: "SEÇÃO", "CONTINGÊNCIA", "JUSTIFICATIVA", "PRESO PROVISÓRIO" e "URNA SUBSTITUÍDA".

Em alguns roteiros específicos, algumas urnas terão informação de local na etiqueta divergente do local da mesma urna no roteiro. Trata-se de casos específicos, geralmente por questões estruturais ou de segurança, em que o cartório eleitoral fará a entrega final a partir de um local temporário onde a contratada deixará as urnas, ou fará o recolhimento inicial para um local temporário onde a contratada coletará as urnas. Como o local informado na etiqueta da urna refere-se sempre ao local de votação ou de justificativa

(e não ao local de entrega, embora na maioria dos casos o local de entrega é também o local de votação ou de justificativa), ocorre essa divergência. Mesmo nesses casos, a contratada deverá se ater estritamente ao roteiro, entregando e coletando as urnas seguindo o especificado no mesmo.

Os cartórios eleitorais elaborarão os roteiros com **duração máxima de 6 (seis) horas (tempo padrão)**, excepcionalmente **podendo chegar ao tempo máximo de 7 (sete) horas de duração**, a depender do tamanho do roteiro.

A empresa contratada não pode tomar parte da elaboração ou modificação dos roteiros, devendo somente cumpri-los exatamente como se apresentam nos documentos de roteiro disponibilizado pelo contratante e considerando o tempo de duração previsto, com tolerância de até 1 (uma) hora na execução, **fazendo com que a duração máxima da execução de um roteiro possa chegar a até 8 (oito) horas.**

Os veículos deverão atender aos tipos especificados em cada roteiro, e a quantidade de veículos a ser disponibilizada deverá ser igual à quantidade de roteiros.

É responsabilidade da contratada dimensionar o tipo de veículo com a capacidade adequada de carga para cada roteiro, levando-se em consideração a quantidade de urnas a ser transportada, o peso e principalmente a volumetria da carga, de acordo com o tamanho das urnas indicados no subitem 4.1 deste TR.

Tanto na **distribuição** quanto no **recolhimento**, o motorista será responsável pela execução do roteiro do seu respectivo veículo, identificando o representante do TRE-PE em cada local indicado no roteiro, organizando a carga e a descarga das urnas eletrônicas no local, e fazendo o preenchimento e assinatura das vias do recibo.

As urnas eletrônicas deverão ser transportadas sempre dentro das caixas e carregadas pelas abas laterais de cada caixa, uma a uma, sempre na posição horizontal, sem sofrer inclinação.

A operação de logística de urnas eletrônicas é dividida em três eventos, conforme datas e horários constantes da tabela do subitem 4.1 deste TR:

- a.carregamento dos veículos,
- b.distribuição das urnas eletrônicas; e
- c.recolhimento das urnas eletrônicas.

Antes dos eventos mencionados no subitem 4.1 deste TR (CRONOGRAMA DE EVENTOS), será feita, pelo Contratante, a preparação técnica das urnas nos polos eleitorais, que abrange, dentre outras coisas:

- aposição de lacres de segurança nas urnas eletrônicas;
- colocação de etiquetas nas caixas de urna contendo a descrição do tipo de urna e toda a identificação necessária ao armazenamento e ao transporte, conforme ANEXO XIV do Edital; e
- armazenamento das urnas por zona eleitoral do polo e com endereçamento de acordo com os roteiros.

O carregamento dos veículos será feito conforme a descrição dos itens abaixo:

- a.O carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas será feito nos locais de armazenamento de todos os polos eleitorais, nas datas previstas no cronograma mencionado no **subitem 4.1** deste



TR, conforme planejamento e execução sob responsabilidade do contratante, e disponibilização dos veículos e motoristas sob responsabilidade da contratada;

b.Os veículos deverão estar disponíveis nos locais de armazenamento para início dos trabalhos de carregamento de urnas eletrônicas às 8h nas datas elencadas no cronograma mencionado no subitem 4.1 deste TR, de acordo com a programação de chegada de veículos de cada polo eleitoral;

c.O Suporte Logístico do polo eleitoral do contratante **(SL)** é o responsável pelo planejamento, organização e controle do evento de carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas no polo, e fará, durante o carregamento, várias atividades de controle tais como: verificação de documentos dos motoristas, vistoria e aprovação dos veículos, preenchimento de documentos, afixação de placas de identificação de veículos no para-brisas no interior dos veículos, emissão dos recibos para a contratada e outras atividades de organização e controle;

d.As urnas eletrônicas são colocadas uma a uma dentro dos veículos seguindo a técnica UEPS (LIFO), conforme a quantidade e a ordem do roteiro, em posição definida, correta e segura, com a etiqueta voltada para a saída do veículo, e transportadas sem paletização;

e.Durante o carregamento dos veículos o Suporte Logístico (SL) do polo eleitoral emitirá recibos de distribuição de urnas eletrônicas, significando uma entrega das urnas eletrônicas à contratada, assumindo-se que a partir do momento em que as urnas eletrônicas encontram-se dentro dos veículos, e enquanto estiverem, estarão temporariamente entregues à contratada e sob responsabilidade desta;

f.Após o carregamento, a contratada deverá apor os lacres de segurança nos veículos, nas formas e posições corretas, de acordo com cada tipo de veículo, de forma a garantir a inviolabilidade da carga dos veículos até a chegada ao primeiro local de entrega no evento de distribuição das urnas eletrônicas;

f.1) A Contratada deverá fornecer os lacres numerados para fechamento dos veículos carregados com as urnas eletrônicas com a seguinte especificação:

1. **Lacre adesivo numerado para portas**, compartimentos de bagagem e capotas de picapes;

2. **Lacres de segurança com cinta plástica abraçadeira com numeração** para as portas do compartimento de carga dos caminhões/camionetes.

g.Após a aposição dos lacres numerados em todos os veículos do polo, os veículos deverão ser conduzidos pela contratada aos locais de pernoite indicados pelo contratante nos municípios especificados no ANEXO X do Edital – Endereços dos Locais de Coleta, sob supervisão e organização do Suporte Logístico (SL) do polo eleitoral;

h.Após a conclusão do estacionamento de todos os veículos no local de pernoite, e por medida de segurança, o Suporte Logístico (SL) do polo eleitoral recolherá as chaves dos veículos, as quais somente serão devolvidas aos motoristas no início dos trabalhos de distribuição no dia seguinte;

i.O contratante poderá, em casos específicos, determinar o uso de escolta policial para acompanhamento dos veículos carregados, do local de armazenamento ao local de pernoite do polo eleitoral, conforme necessidade de segurança identificada pelo contratante.

A distribuição das urnas eletrônicas é feita conforme a descrição dos itens abaixo:

a.A **distribuição** das urnas eletrônicas compreende:

a.1) o transporte das urnas eletrônicas a partir do local do pernoite do respectivo polo eleitoral;

a.2) a parada em cada local de entrega conforme o roteiro elaborado pelo cartório eleitoral e disponibilizado para a contratada;

a.3) a retirada das urnas eletrônicas do veículo;

a.4) a condução e o armazenamento das urnas eletrônicas na sala indicada pelo representante do TRE-PE presente no local de votação (Administrador de Prédio / Apoio Logístico), mediante assinatura de recibo em duas vias.

a.4.1) A Contratada deverá fornecer os recibos de entrega das urnas em duas vias para cada entrega constante do seu roteiro.

b.O horário de saída dos veículos para **distribuição** será impreterivelmente às 8h, podendo em casos específicos haver antecipação em até 2 (duas) horas, conforme especificado no próprio roteiro.

c.O contratante poderá, em casos específicos, determinar o uso de escolta policial para acompanhamento dos veículos a partir do local de pernoite do polo eleitoral e durante o trajeto do roteiro, conforme necessidade de segurança identificada pelo contratante.

O recolhimento das urnas eletrônicas é feito conforme a descrição dos itens abaixo:

a.O **recolhimento** das urnas eletrônicas compreende:

a.1) a parada em cada local de coleta conforme o **roteiro** fornecido pelo contratante;

a.2) a coleta das urnas eletrônicas na sala indicada pelo representante do contratante (Administrador de Prédio / Apoio Logístico) presente no local, mediante assinatura de recibo em duas vias.

a.2.1) A Contratada deverá fornecer os recibos de recolhimento das urnas em duas vias para cada entrega constante do seu roteiro, conforme Modelo do ANEXO XV do Edital.

a.3) o carregamento para dentro do veículo, sem preocupação com ordenação porém tomando os devidos cuidados para acomodá-las em posição correta e em segurança;

a.4) transporte das urnas eletrônicas até o local de armazenamento do polo eleitoral de origem.

b.O horário de início do recolhimento das urnas eletrônicas nos locais de coleta será impreterivelmente às 8h, observado o Cronograma de Eventos, subitem 4.1 deste TR.

c.No recolhimento pode haver alteração na quantidade de urnas eletrônicas inicialmente prevista para ser coletada em determinado local por motivo de recolhimento antecipado pelo cartório eleitoral para fins de procedimentos técnicos relacionados à totalização dos votos.

d.As urnas eletrônicas recolhidas antecipadamente serão coletadas pela contratada no cartório eleitoral através do roteiro que tem este local como ponto de coleta.

e.As urnas eletrônicas recolhidas antecipadamente constarão em um relatório específico a ser disponibilizado pelo contratante no dia do recolhimento em horário anterior ao horário de início do evento de recolhimento de urnas eletrônicas.

f.Poderá haver alteração na identificação das etiquetas das urnas eletrônicas coletadas no cartório eleitoral quanto ao tipo de urna, em relação ao que foi originalmente entregue pela contratada neste local, sem prejuízo de alteração na quantidade, ou seja, urnas eletrônicas identificadas

originalmente com etiqueta de “CONTINGÊNCIA” podem estar identificadas com etiqueta de “URNA SUBSTITUÍDA”. Esta possível alteração nas etiquetas das urnas entregues no cartório eleitoral ocorre por motivo de substituição de urnas eletrônicas de seção, durante a votação, por urnas eletrônicas de contingência, em razão de falhas técnicas.

g.O recolhimento se encerra com a entrega das urnas eletrônicas ao Suporte Logístico (SL) no local de armazenamento original e a assinatura dos recibos de recolhimento de urnas eletrônicas confeccionados pelo contratante.

h.O Suporte Logístico (SL) do polo eleitoral é o responsável pelo planejamento, organização e controle do recebimento das urnas eletrônicas no polo eleitoral, e fará, durante o recebimento, várias atividades de controle tais como: conferência das urnas eletrônicas recebidas, preenchimento de documentos, organização geral, armazenamento das urnas eletrônicas, emissão dos recibos para a contratada e outras atividades de organização e controle.

A zona eleitoral poderá optar por acompanhar a distribuição/recolhimento das urnas eletrônicas, em carro providenciado pelo cartório para esse fim, e de forma independente à distribuição/ recolhimento realizado pela contratada. Neste caso, o cartório faça a solicitação específica de que os veículos passem pelo cartório como ponto de partida inicial do roteiro, a empresa contratada deverá seguir as recomendações do cartório e iniciar os roteiros pelo cartório, mesmo se este não possui urna a ser entregue no cartório.

**O motorista da contratada é obrigado a conhecer o trajeto do roteiro sob sua responsabilidade**, ficando o contratante desobrigado de fornecer guias ou pessoal de apoio, podendo o cartório eleitoral oferecer-se como guia, acompanhando o roteiro se houver condições e se for de sua livre escolha.

Na hipótese do subitem anterior, especificamente para os roteiros de distribuição, caso o cartório eleitoral opte por acompanhar roteiro oferecendo-se como guia, é provável que, em contrapartida, haja execução concomitante de atividades do cartório, como entrega de materiais e vistoria das urnas eletrônicas durante o trajeto da entrega, devendo a contratada aguardar o encerramento destas atividades em cada local para prosseguir no trajeto, e assim continuando até a entrega no último local do roteiro, podendo haver nestes casos, excepcionalmente, aumento do tempo de execução do roteiro.

É vedado o transporte de pessoa estranha aos trabalhos da Justiça Eleitoral ou alheia ao objeto desta contratação durante a execução do serviço nos veículos reservados à movimentação das urnas eletrônicas.

#### 4.1.3 - CRONOGRAMA DOS EVENTOS

A operação de logística de urnas eletrônicas é dividida em três eventos para a contratada – carregamento, distribuição e recolhimento -, no primeiro turno e no segundo turno (nos municípios onde ocorrer), conforme a tabela a seguir:

##### 1º Turno

Grupo	Data	Horário de início	Evento
1 a 4	3 dias antes do dia das eleições (quinta-feira)		Carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas nos locais de armazenamento indicados no Anexo X do Edital, e transporte até os locais que foram indicados pelo

	ou 2 dias antes do dia das eleições (sexta-feira)	8h	<p>TRE/PE nos municípios constantes do referido anexo, para pernoite dos veículos.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até as 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p> <p>Os <b>motoristas</b> deverão se apresentar no polo (local do carregamento) até às 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>
1 a 4	2 dias antes do dia das eleições (sexta-feira) ou 1 dia antes do dia das eleições (sábado)	8h	<p>Distribuição das urnas eletrônicas até os locais indicados nos roteiros fornecidos pelo contratante.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até às 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p> <p><b>Os motoristas e os carregadores deverão se apresentar juntos</b> no polo (local do carregamento) até às 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>
1 a 4	1 dia após o dia das eleições (segunda-feira)	8h	<p>Recolhimento das urnas eletrônicas nos locais indicados nos roteiros fornecidos pelo contratante e transporte até os locais de armazenamento indicados no Anexo X do Edital.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até as 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>

			<p><b>Os motoristas e os carregadores deverão se apresentar juntos</b> no local do início do roteiro de recolhimento das urnas até às 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>
--	--	--	--

2ºTurno

Grupo	Data	Horário de início	Evento
1 a 4	<p>3 dias antes do dia das eleições(quinta-feira)</p> <p>ou</p> <p>2 dias antes do dia das eleições(sexta-feira)</p>	8h	<p>Carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas nos locais de armazenamento indicados no Anexo X do Edital e transporte até os locais que foram indicados pelo TRE/PE nos municípios constantes do referido anexo, para pernoite dos veículos.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até às 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p> <p>Os <b>motoristas</b> deverão se apresentar no polo (local do carregamento) até as 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>
1 a 4	<p>2 dias antes do dia das eleições(sexta-feira)</p> <p>ou</p> <p>1 dia antes do dia das eleições(sábado)</p>	8h	<p>Distribuição das urnas eletrônicas até os locais indicados nos roteiros fornecidos pelo contratante.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até as 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p> <p><b>Os motoristas e os carregadores deverão se apresentar juntos</b> no polo</p>

			(local do carregamento) até às 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).
1 a 4	1 dia após o dia das eleições (segunda-feira)	8h	<p>Recolhimento das urnas eletrônicas nos locais indicados nos roteiros fornecidos pelo contratante e transporte até os locais de armazenamento indicados no Anexo X do Edital.</p> <p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b></p> <p>O <b>preposto com função de supervisor local</b> para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco deverá se apresentar no polo (local do carregamento) até às 7h30, ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p> <p><b>Os motoristas e os carregadores deverão se apresentar juntos</b> no local do início do roteiro de recolhimento das urnas até as 7h30 ou em horário diverso, quando determinado pelo Supervisor Logístico (SL).</p>

O carregamento dos veículos com as urnas eletrônicas ocorrerá sempre no dia anterior à data de distribuição especificada no roteiro, salvo em decorrência de força maior ou em razão de ações da natureza.

Considerando o interesse público relevante envolvido na presente contratação, o horário de início do carregamento dos veículos, da distribuição de urnas e de recolhimento de urnas será impreterivelmente às 8h, salvo em casos excepcionais em que haja solicitação do Contratante.

#### 4.1.4 - EMPREGADOS A SEREM ALOCADOS PARA O SERVIÇO

Deverá ser designado formalmente **1 (um) preposto** com função de coordenador geral para atuar permanentemente junto ao TRE-PE, com, no mínimo, 1 (um) telefone celular e autonomia gerencial, para cada grupo da licitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato. Caso ganhe a mesma empresa para todos os grupos será necessário apenas 1 (um) preposto junto ao TRE/PE.

Nas datas dos eventos de carregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, o preposto com função de coordenador geral deverá acompanhar os trabalhos de forma presencial na Seção de Transportes do contratante, até o final dos trabalhos. Deverá também comparecer ao local indicado, sempre que solicitado pelo contratante, durante todo o período da contratação.

O preposto com função de coordenador geral **não poderá acumular sua função com a de motorista ou de carregador.**

Para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco, deverá ser designado formalmente pela contratada **1 (um) preposto** com função de supervisor local, com no mínimo, 1 (um) telefone celular em funcionamento, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do pleito (1º Turno), e será responsável pelos serviços prestados pela contratada no respectivo polo eleitoral.

Nas datas dos eventos de carregamento e recolhimento das urnas eletrônicas, o supervisor local da contratada **deverá acompanhar os trabalhos de forma presencial nos locais de armazenamento de urnas eletrônicas do respectivo polo, até o final dos trabalhos, adequando-se ao planejamento do suporte logístico (SL) local.** Deverá também comparecer aos locais indicados, sempre que solicitado pelo contratante, durante todo o período da contratação.

O preposto com função de supervisor local **não poderá acumular sua função com a de motorista ou de carregador.**

Em todas as rotas, além do motorista, a contratada deverá disponibilizar 1 (um) carregador (auxiliar), maior de 18 anos, com capacidade física para exercer a função de carga e descarga das urnas eletrônicas.

A contratada deverá fornecer ao contratante, via e-mail, no prazo de até 10 (dez) dias de antecedência do pleito (1º Turno), uma lista em formato editável, contendo as seguintes informações:

- dos veículos: número do polo, número da zona eleitoral, número do roteiro, modelo do veículo, placa do veículo e cópia do documento atualizado do veículo (CRLV);
- dos motoristas: nome completo do motorista, número do telefone móvel de contato do motorista cópia do documento de habilitação válido; e
- dos carregadores: nome completo e cópia do documento de identidade.

Na lista deverá conter ainda as informações de veículos, motoristas e carregadores no percentual de 10% a mais que o necessário para cada item dos grupos (para cada município), como reserva de contingência caso seja necessária a substituição de algum desses recursos de forma imediata.

Os motoristas deverão estar capacitados e habilitados (CNH válida) para os tipos de veículos que conduzirão e com documentação regularizada.

A contratada deverá fornecer documento declarando que todo o pessoal contratado não possui filiação a qualquer partido político, e não tem parentesco até o 1º (primeiro) grau com qualquer candidato concorrente nas cidades do polo eleitoral em que atua.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços não terão quaisquer vínculos com o TRE-PE, sejam de ordem trabalhista, previdenciária ou outros.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços deverá apresentar-se nos locais de trabalho adequadamente vestido e calçado, identificado mediante crachá e obrigatoriamente uniformizado, sem qualquer referência à Justiça Eleitoral, sendo vedada a utilização de bermuda, camiseta, calçado do tipo chinelo e vestimenta que identifique candidato ou partido político.

Os motoristas e carregadores deverão utilizar fardamento com camisas apenas nas cores preta ou branca.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços deverá estar devidamente apto e treinado para o serviço contratado, estando ciente das informações necessárias para a operação, para o correto manuseio das urnas eletrônicas e para as informações contidas nos documentos impressos que irão manusear.

Para atendimento do item anterior, a contratada deve prezar pela boa gestão da informação, com repasse eficiente de informações por meio de treinamentos, reuniões ou outros meios, por parte de supervisores, motoristas e carregadores (auxiliares), garantindo assim a tranquilidade de todos os eventos.

#### 4.1.5 - DOS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS

A contratada é obrigada a disponibilizar os veículos na seguinte situação:

- abastecidos com combustível;
- devidamente limpos e higienizados;
- livres de objetos estranhos ao serviço prestado;
- devidamente adequados às normas de trânsito e trafegabilidade;
- apresentando pneus em bom estado;
- apresentando bom estado de retrovisores, faróis e/ou lanternas;
- apresentando bom estado dos cintos de segurança;
- apresentando bom estado de conservação estrutural, mecânica e elétrica;
- apresentando regularidade de documentação e pagamento de taxas e impostos.

É vedado o uso de um mesmo veículo para vários roteiros, dentro de um mesmo evento (distribuição ou recolhimento).

Os veículos utilizados pela contratada para a realização dos serviços descritos neste TR não poderão conter, sob hipótese alguma, propaganda política, referência a candidatos ou detentores de mandatos eletivos, ou ainda conteúdo pornográfico, ofensivo ou discriminatório.

As urnas eletrônicas deverão ser transportadas em compartimento específico para transporte de cargas em veículos próprios para esse fim, ou em compartimento de carga de veículos com cubagem compatível ao volume a ser transportado.

É responsabilidade da contratada dimensionar o tipo de veículo com a capacidade adequada de carga para cada roteiro, levando-se em consideração a quantidade de urnas a ser transportada, o peso e principalmente a volumetria da carga, de acordo com o tamanho das urnas indicados no subitem 4.1 deste TR.

Os veículos utilizados no transporte das urnas eletrônicas não poderão conter bancos ou assentos no compartimento reservado ao acondicionamento das urnas eletrônicas.

**Fica vedado rebater os bancos traseiros dos veículos para aumentar a capacidade de carga.**

Caso sejam utilizadas VANS, fica vedado a utilização do veículo para transporte das urnas eletrônicas com a presença de bancos no seu interior traseiro, ou seja no compartimento de carga.

Os veículos com carroceria aberta deverão possuir capota rígida ou marítima que garanta segurança às urnas eletrônicas, que possibilite a colocação do lacre, resguardando-as também de poeira e intempéries

Os veículos, especialmente os caminhões, deverão possuir portas traseiras com fechamento seguro, e ser fechados externamente com lacres numerados, fornecidos pela contratada, após o carregamento das urnas. Deverão ainda possuir sistema de amarração interna que garanta segurança às urnas eletrônicas quanto às movimentações próprias de volume em transporte rodoviário.

Os veículos serão utilizados exclusivamente para desempenhar as funções de interesse da contratante e inerentes ao contrato, não sendo permitido transportar objetos estranhos ao serviço descrito.



Os veículos a serem utilizados, com suas capacidades máximas, são os que constam na lista abaixo, devendo a Contratada disponibilizar para cada roteiro, no mínimo, o veículo indicado nos ANEXOS II a IX do Edital, podendo utilizar, caso entenda, veículo com capacidade maior de carga, na forma da **OBS. 2**, abaixo:

#### **Tabela de Veículos - 2024**

Nome do Veículo	Ambiente	Quantidade de Urnas (UE2013/UE2015) – GRUPO 3	Quantidade de Urnas (modelo UE2020/UE2022) – GRUPO 1, 2 E 4
Pesado – 3000 Kg	Fácil Acesso	117 a 300	116 a 300
Leve – 1200 Kg	Fácil Acesso	37 a 116	34 a 115
Leve – 600 Kg	Fácil Acesso	1 a 36	1 a 33
4 x 4*	Difícil Acesso	14 a 50	8 a 45
4 x 4 - Picape**	Difícil Acesso	1 a 13	1 a 7

\*No Polo 2 – Caruaru, no Polo 03 - Carpina, no polo 05 – Surubim e no Polo 8 - Arcoverde, para rotas que necessitam de veículo 4 x 4 com maior capacidade de carga, em geral é utilizada Toyota Bandeirante estendida.

\*\* Picape 4x4 obrigatoriamente com capota rígida ou marítima.

Cubagem:

UE2015: 0,054 m3

UE2020: 0,053 m3

OBS. 1 - No caso do caminhão baú é recomendado reservar espaço para o carrinho de carga e descarga de pequenos volumes, caso possua.

OBS. 2 - É responsabilidade da contratada dimensionar o tipo de veículo com a capacidade adequada de carga para cada roteiro, levando-se em consideração a quantidade de urnas a ser transportada, o peso e principalmente a volumetria da carga, de acordo com o tamanho das urnas indicados no subitem 4.1 deste TR.

4.2. Adequação Orçamentária

4.2.1. Sequencial do PCA

198

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

NDd 339039

**Total estimado R\$ 966.637,34 (novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).**

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

	Ordinário		Global	x	Estimativo
--	-----------	--	--------	---	------------

5. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd' e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Em 2024 teremos as Eleições Municipais e para tanto faz-se necessário transportar, de forma segura, as urnas eletrônicas para os diversos locais de votação no estado de Pernambuco, em cumprimento às ações inseridas no Planejamento das Eleições 2024.

Desde o advento da urna eletrônica, a partir do ano de 1996, tornou-se imperiosa a contratação de empresa especializada para efetuar os serviços descritos nestes estudos preliminares. As 122 (cento e vinte e duas) Zonas Eleitorais do Estado, distribuídas em 18 (dezoito) polos eleitorais, não dispõem de estrutura – material e humana – para a realização desta operação em um prazo tão exíguo como o que se impõe, envolvendo, ainda, uma robusta e diferenciada logística para a sua execução.

As urnas eletrônicas são preparadas para a votação nas sedes dos polos eleitorais e precisam ser transportadas, próximo ao dia do pleito eleitoral, para as Zonas Eleitorais e aos respectivos locais de votação, onde serão utilizadas no processo de votação, ou para o Cartório Eleitoral.

Para a realização do transporte das urnas, a empresa precisa disponibilizar veículos, motoristas e carregadores, além de uma equipe de gestão destes recursos para os 18 (dezoito) polos eleitorais. O tempo de entrega previsto de cada roteiro normalmente não ultrapassa as 6 (seis) horas, de forma a garantir que a entrega/recolhimento das urnas ocorra no horário das 8h às 14h (expediente do Tribunal).

O TRE/PE não possui veículos e servidores suficientes para a realização desta atividade que envolve gerenciamento e execução, sendo necessária a contratação de empresa especializada para realizar os processos de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas em todo Estado.

O TRE/PE também não possui condições de gerenciar diretamente uma frota de veículos, motoristas, carregadores e demais pessoas envolvidas, necessários ao atendimento desta demanda, considerando as dimensões logísticas desta operação.

## **REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Apresentação de Garantia

Prepostos

Motoristas

Carregadores

Veículos

### **5.1. Necessidade de Manutenção Preventiva e Corretiva (referente à Prestação de Serviço)**

Não se aplica, pois o serviço a ser contratado não necessita de manutenção.

### **5.2. Parcelamento do Objeto**

A motivação para o procedimento em epígrafe é oriunda do Planejamento das Eleições 2024 do TRE-PE, que prevê a contratação do serviço de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas para as Eleições de 2024.

A contratação visa propiciar ao eleitor as condições para o pleno exercício do voto nas datas marcadas para as Eleições, haja vista a disponibilização das urnas eletrônicas nos locais de votação em todo o Estado de Pernambuco, como forma de garantir a excelência nas atividades da Justiça Eleitoral.

Cumpra ressaltar que este Regional não possui, em sua estrutura organizacional, os recursos materiais e humanos para a realização dessas atividades necessárias, que envolvem, ainda, uma complexa e diferenciada logística para a sua execução, as quais são exigidas apenas de dois em dois anos para intensiva realização, num curto período de eleições. Assim, é recomendada sua execução indireta, na medida em que eventual organização para execução direta ensejaria comprometimento de recursos determinantes de ociosidade no intervalo de mais de vinte e dois meses, entre o final de uma eleição e início de outra.

Para o desenvolvimento do processo logístico de transporte, o estado de Pernambuco será dividido em 04 (quatro) grupos, devido as seguintes razões:

- a) Proximidade dos municípios, infraestrutura e semelhanças geográficas, sendo cada grupo adjudicável/contratável em separado;
- b) A licitação nestes moldes possibilita uma maior economia de recursos tanto para o Tribunal quanto para os licitantes, pois facilita o planejamento e a distribuição/recolhimento de urnas eletrônicas aos locais de votação por manter a uniformidade no transporte;
- c) O serviço a ser prestado possui uma única natureza, ou seja, serviços de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, portanto, em tese, poderia ser agrupado em grupo único. Entretanto, observando a realidade do mercado, dividiu-se em 04 (quatro) grupos, de modo a oportunizar a participação de todos os interessados;
- d) Por outro lado, se a divisão do objeto fosse feita de forma que cada município configurasse um item, em razão da natureza do pregão eletrônico, haveria um grande risco de não aparecer interessados em algumas

zonas eleitorais do estado de Pernambuco, devido a suas particularidades, tais como: muitos locais de difícil acesso, seções predominantemente em zona rural;

e) Haveria desnecessariamente a multiplicação de contratos, em que uma empresa prestaria serviços em uma ou duas zonas. Nessas condições o contrato tornar-se-ia economicamente inviável, uma vez que o lucro referente a um contrato que envolva uma ou duas zonas é insignificante para cobrir o elevado dispêndio que a contratada gasta para cumprir as exigências necessárias para realização dos serviços. Além disso, dificulta a fiscalização e a própria gestão do contrato pelo Tribunal.

f) Cabe ressaltar, que tribunais com dimensões geográficas parecidas com o estado de Pernambuco, que contratam os mesmos serviços há várias eleições, com êxito, também adotam a forma de contratação por grupos, levando em consideração o que foi explicitado acima.

g) Por fim, cabe retrucar o argumento favorável a segmentação da licitação por item, sendo cada item um município, já que não segue a lógica esperada de ampliação da competitividade, através da participação de empresas sediadas na municipalidade. Prova disso, foram as diversas licitações realizadas por este TRE-PE para a contratação de outros serviços, cujo objeto fora dividido de forma a fomentar essa presença de empresas locais. Em tais certames, não houve participação de empresas sediadas no interior do estado de Pernambuco. Ainda que houvesse, haveria a inviabilidade econômica conforme descrita na parte final na alínea “c”. Portanto, a divisão em quatro grupos tem como intuito tornar a licitação tecnicamente viável.

A contratação dos serviços, portanto, será realizada **por grupos**, correspondentes às respectivas regiões, devido à proximidade dos municípios, infraestrutura e semelhanças geográficas, conforme estimativa apresentada abaixo:

<b>GRUPO 1 - PARA O 1º TURNO</b>				<b>GRUPO 1 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER)</b>			
<b>DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO</b>				<b>DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>Polo</b>	<b>Município Sede de Polo</b>	<b>Quant. urnas eletrônicas</b>	<b>ITEM</b>	<b>Polo</b>	<b>Município Sede de Polo</b>	<b>Quant. urnas eletrônicas</b>
<b>1</b>	1	RECIFE	10.082	1	1	RECIFE	8.836
<b>2</b>	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917	2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0
<b>3</b>	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2.616
<b>4</b>	15	IGARASSU	2.544	4	15	IGARASSU	1.390

<b>TOTAL DE URNAS</b>	<b>18.689</b>	<b>TOTAL DE URNAS</b>	<b>12.842</b>
-----------------------	---------------	-----------------------	---------------

GRUPO 2 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 2 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
5	3	CARPINA	1.980	5	3	CARPINA	0
6	5	SURUBIM	1.811	6	5	SURUBIM	0
7	16	LIMOEIRO	1.174	7	16	LIMOEIRO	0
TOTAL DE URNAS			4.965	TOTAL DE URNAS			0

GRUPO 3 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 3 - PARA O 2º TURNO (SE HOUVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
8	4	PALMARES	2.276	8	4	PALMARES	0
9	6	CARUARU	2.992	9	6	CARUARU	1.466
10	7	GARANHUN S	2.376	10	7	GARANHUNS	0
11	17	BELO JARDIM	1.564	11	17	BELO JARDIM	0

TOTAL DE URNAS	9.208	TOTAL DE URNAS	1.466
----------------	-------	----------------	-------

GRUPO 4 - PARA O 1º TURNO DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO				GRUPO 4 - PARA O 2º TURNO (SE HOVER) DISTRIBUIÇÃO + RECOLHIMENTO			
ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas	ITEM	Polo	Município Sede de Polo	Quant. urnas eletrônicas
12	8	ARCOVERDE	1.566	12	8	ARCOVERDE	0
13	9	SERRA TALHADA	1.054	13	9	SERRA TALHADA	0
14	10	PETROLÂNDIA	986	14	10	PETROLÂNDIA	0
15	11	SALGUEIRO	789	15	11	SALGUEIRO	0
16	12	OURICURI	1.544	16	12	OURICURI	0
17	13	PETROLINA	1.232	17	13	PETROLINA	690
18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252	18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	0
TOTAL DE URNAS			8.423	TOTAL DE URNAS			690

### 5.3. Garantia dos Serviços

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia ofertada, qualquer que seja a modalidade eleita, deverá possuir cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a notificação pelo contratante.

#### **5.4. Materiais e Equipamentos**

Não há.

#### **5.5. Vistoria Técnica**

Não há.

#### **5.6. Qualificação Técnica**

Conforme item 3.3.4 deste Termo de Referência (Habilitação técnica).

#### **5.7. Condições da Proposta**

A contratada deverá apresentar proposta compatível com o quantitativo estimado e comprovar que atende aos critérios de habilitação e qualificação constantes nos itens 3.3 (Das Condições de Habilitação), contendo os valores a serem contratados, conforme modelo do ANEXO XVI do Edital.

**A adjudicação poderá ser realizada para mais de um fornecedor, sendo vencedor o que apresentar menor preço GLOBAL por grupo.**

O preço global máximo admitido para os serviços é R\$ 966.637,34 (novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) - sendo R\$ 769.167,54 (setecentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para o 1º Turno e R\$ 197.469,80 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) para o 2º Turno, se houver, considerando os valores máximos unitários por urna eletrônica a ser transportada, conforme abaixo e os preços máximos admitidos para a contratação conforme disposto no subitem 5.8 deste TR.

<b>LOTE</b>	<b>PREÇO MÁXIMO ADMITIDO POR URNA</b>
GRUPO 1	R\$ 11,22
(REGIÃO	

METROPOLITANA)	
GRUPO 2 (INTERIOR)	R\$ 24,76
GRUPO 3 (INTERIOR)	R\$ 24,76
GRUPO 4 (INTERIOR)	R\$ 24,76

#### **5.8. Estimativa de Preços (Custo Médio da Contratação)**

**O custo médio estimado da contratação é de R\$ 966.637,34 (novecentos e sessenta e seis mil, seiscientos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos), conforme tabela abaixo:**



**PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS**

**Preços Máximos Admitidos Unitário e Global Por Item e Lote - AJUSTADO À QUANTIDADE REAL DE URNAS EM 2024**

Lote	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
1	1	1	RECIFE	10.082	R\$ 11,22	R\$ 113.120,04	8.836	R\$ 11,22	R\$ 99.139,92	R\$ 212.259,96
	2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917	R\$ 11,22	R\$ 21.508,74	0	R\$ 11,22	R\$ 0,00	R\$ 21.508,74
	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146	R\$ 11,22	R\$ 46.518,12	2.616	R\$ 11,22	R\$ 29.351,52	R\$ 75.869,64
	4	15	IGARASSU	2.544	R\$ 11,22	R\$ 28.543,68	1.390	R\$ 11,22	R\$ 15.595,80	R\$ 44.139,48
Total				18.689		R\$ 209.690,58	12.842		R\$ 144.087,24	R\$ 353.777,82

Lote	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
2	5	3	CARPINA	1.980	R\$ 24,76	R\$ 49.024,80	0	R\$ 24,76	R\$ -00	R\$ 49.024,80
	6	5	SURUBIM	1.811	R\$ 24,76	R\$ 44.840,36	0	R\$ 24,76	R\$ -00	R\$ 44.840,36
	7	16	LIMOEIRO	1.174	R\$ 24,76	R\$ 29.068,24	0	R\$ 24,76	R\$ -00	R\$ 29.068,24
Total				4.965		R\$ 122.933,40	0		R\$ -00	R\$ 122.933,40
Lote	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
3	8	4	PALMARES	2.276	R\$ 24,76	R\$ 56.353,76	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 56.353,76
	9	6	CARUARU	2.992	R\$ 24,76	R\$ 74.081,92	1.466	R\$ 24,76	R\$ 36.298,16	R\$ 110.380,08
	10	7	GARANHUNS	2.376	R\$ 24,76	R\$ 58.829,76	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 58.829,76
	11	17	BELO JARDIM	1.564	R\$ 24,76	R\$ 38.724,64	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 38.724,64
Total				9.208		R\$ 227.990,08	1.466		R\$ 36.298,16	R\$ 264.288,24

Lote	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
4	12	8	ARCOVERDE	1.566	R\$ 24,76	R\$ 38.774,16	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 38.774,16
	13		SERRA	1.054		R\$ 26.097,04	0		R\$ 0,00	R\$ 26.097,04
		9	TALHADA		R\$ 24,76			R\$ 24,76		
	14	10	PETROLÂNDIA	986	R\$ 24,76	R\$ 24.413,36	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 24.413,36
	15	11	SALGUEIRO	789	R\$ 24,76	R\$ 19.535,64	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 19.535,64
	16	12	OURICURI	1.544	R\$ 24,76	R\$ 38.229,44	0	R\$ 24,76	R\$ 0,00	R\$ 38.229,44
	17	13	PETROLINA	1.232	R\$ 24,76	R\$ 30.504,32	690	R\$ 24,76	R\$ 17.084,40	R\$ 47.588,72
	18		AFOGADOS DA	1.252		R\$ 30.999,52	0		R\$ 0,00	R\$ 30.999,52
		18	INGAZEIRA		R\$ 24,76			R\$ 24,76		
Total				8.423		R\$ 208.553,48	690		R\$ 17.084,40	R\$ 225.637,88
TOTAL POR TURNO						R\$ 769.167,54			R\$ 197.469,80	
PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PARA A CONTRATAÇÃO 2024 (1º TURNO + 2º TURNO)=										R\$ 966.637,34

## 5.9. Preposto da Empresa

### EMPREGADOS A SEREM ALOCADO PARA O SERVIÇO

Deverá ser designado formalmente **1 (um) preposto** com função de coordenador geral para atuar permanentemente junto ao TRE-PE, com, no mínimo, 1 (um) telefone celular e autonomia gerencial, para cada grupo da licitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato. Caso ganhe a mesma empresa para todos os grupos será necessário apenas 1 (um) preposto junto ao TRE/PE.

Nas datas dos eventos de carregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, o preposto com função de coordenador geral deverá acompanhar os trabalhos de forma presencial na Seção de Transportes do contratante, até o final dos trabalhos. Deverá também comparecer ao local indicado, sempre que solicitado pelo contratante, durante todo o período da contratação.

O preposto com função de coordenador geral **não poderá acumular sua função com a de motorista ou de carregador.**

Para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco, deverá ser designado formalmente pela contratada **1 (um) preposto** com função de supervisor local, com no mínimo, 1 (um) telefone celular em funcionamento, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do pleito (1º Turno), e será responsável pelos serviços prestados pela contratada no respectivo polo eleitoral.

Nas datas dos eventos de carregamento e recolhimento das urnas eletrônicas, o supervisor local da contratada **deverá acompanhar os trabalhos de forma presencial nos locais de armazenamento de urnas eletrônicas do respectivo polo, até o final dos trabalhos, adequando-se ao planejamento do suporte logístico (SL) local.** Deverá também comparecer aos locais indicados, sempre que solicitado pelo contratante, durante todo o período da contratação.

O preposto com função de supervisor local **não poderá acumular sua função com a de motorista ou de carregador.**

Em todas as rotas, além do motorista, a contratada deverá disponibilizar 1 (um) carregador (auxiliar), maior de 18 anos, com capacidade física para exercer a função de carga e descarga das urnas eletrônicas.

A contratada deverá fornecer ao contratante, via e-mail, no prazo de até 10 (dez) dias de antecedência do pleito (1º Turno), uma lista em formato editável, contendo as seguintes informações:

- dos veículos: número do polo, número da zona eleitoral, número do roteiro, modelo do veículo, placa do veículo e cópia do documento atualizado do veículo (CRLV);
- dos motoristas: nome completo do motorista, número do telefone móvel de contato do motorista cópia do documento de habilitação válido; e
- dos carregadores: nome completo e cópia do documento de identidade.

Na lista deverá conter ainda as informações de veículos, motoristas e carregadores no percentual de 10% a mais que o necessário para cada item dos grupos (para cada município), como reserva de contingência caso seja necessária a substituição de algum desses recursos de forma imediata.

Os motoristas deverão estar capacitados e habilitados (CNH válida) para os tipos de veículos que conduzirão e com documentação regularizada.

A contratada deverá fornecer documento declarando que todo o pessoal contratado não possui filiação a qualquer partido político, e não tem parentesco até o 1º (primeiro) grau com qualquer candidato concorrente nas cidades do polo eleitoral em que atua.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços não terão quaisquer vínculos com o TRE-PE, sejam de ordem trabalhista, previdenciária ou outros.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços deverá apresentar-se nos locais de trabalho adequadamente vestido e calçado, identificado mediante crachá e obrigatoriamente uniformizado, sem qualquer referência à Justiça Eleitoral, sendo vedada a utilização de bermuda, camiseta, calçado do tipo chinelo e vestimenta que identifique candidato ou partido político.

Os motoristas e carregadores deverão utilizar fardamento com camisas apenas nas cores preta ou branca.

Todo o pessoal designado pela contratada para execução dos serviços deverá estar devidamente apto e treinado para o serviço contratado, estando ciente das informações necessárias para a operação, para o correto manuseio das urnas eletrônicas e para as informações contidas nos documentos impressos que irão manusear.

Para atendimento do item anterior, a contratada deve prezar pela boa gestão da informação, com repasse eficiente de informações por meio de treinamentos, reuniões ou outros meios, por parte de supervisores, motoristas e carregadores (auxiliares), garantindo assim a tranquilidade de todos os eventos.

#### 5.10. Critérios de Sustentabilidade

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado(s) ao objeto:

- ODS 8. Trabalho descente e crescimento econômico
  - Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
- ODS 12. Consumo e produção responsáveis
  - Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes
  - Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

A empresa vencedora deverá apresentar declaração, afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo, devendo apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência

É obrigação da contratada a manutenção das condições mencionadas nos subtópicos abaixo, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei n.º 14.133/2023, bem como no Acórdão n.º 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução n.º 201/2015 do CNJ e na Resolução n.º 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade, além daqueles indicados no Termo de Referência (ANEXO I), o que segue:

## **CRITÉRIOS SOCIAIS:**

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE.;
- A empresa vencedora não poderá possuir entre seus sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento deste TRE/PE;
- A empresa ainda, deverá atender ao que dispõe o inc. XXXIII, art. 7, da Constituição Federal de 1988 quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

## **CRITÉRIOS AMBIENTAIS:**

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

O setor demandante pode realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório em relação ao disposto no presente capítulo.

Que os veículos apresentem preferencialmente o menor consumo e a classe de eficiência energética “A” conforme a IN n. 2/14 da SLTI/ MPOG e a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem de veículos,

ou a maior eficiência energética para a categoria;

A licitante vencedora deverá apresentar o Comprovante de Inscrição do fabricante do veículo no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa Ibama nº 01, de 25 de janeiro de 2013;

A licitante vencedora deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas. (Relatório de Acompanhamento n.º 2/2019/SCI - SEI 0030551-75.2019.6.17.8000, doc. 1005768).

No que concerne à substituição de componentes e/ou peças danificadas e inservíveis dos veículos e manutenção veicular:

A licitante vencedora deverá apresentar declaração de responsabilidade pelo descarte ambientalmente adequado de quaisquer resíduos gerados durante a execução dos serviços, conforme estabelecido na Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, observando a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos.

Promover a destinação adequada dos resíduos dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, funilaria, pintura e substituição de peças, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n. 12.305, de 2010, destinando os resíduos para a reciclagem ou para local autorizado pelo poder público para esse fim.

Considerando que há acordo setorial para logística reversa à indústria de pneus, baterias, óleos lubrificantes e respectivas embalagens e eletroeletrônicos, esta deverá também ser uma obrigação da licitante vencedora, para garantia do retorno ao ciclo da indústria. Em qualquer circunstância, o destino deve ser comprovado mediante documentação da indústria/fabricante ou outro meio permitido.

Nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei n. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução Conama nº 362 de 23/6/2005 e nº 450 de 06/03/2012, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário dos serviços, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme o art. 18, incisos I e II, da Resolução Conama n. 362 de 23/6/2005, nº 450 de 06/03/2012 e legislação correlata;

Logística reversa de Pneus com peso unitário superior a 2,0 kg (dois quilos) (Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, Art. 1º) substituídos durante a vigência contratual:

Para a Logística reversa de pneus, observar o Decreto nº 7.404/2010, regulamentando a Lei nº 12.305/2010, a Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, a Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, a Instrução Normativa Ibama nº 01, de 25 de janeiro de 2013 e legislação correlata;

Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários dos serviços, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

Apresentar a comprovação da regularidade do fabricante do veículo junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

Para comprovação, a licitante deverá informar o CNPJ da fabricante para averiguação, pelo setor contratante, da regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF;

Logística reversa de Baterias substituídas durante a vigência contratual:

A contratada deve atender ao que estabelecem as Resoluções CONAMA nº 401 de 04/11/2008 e nº 424, de 22 de abril de 2010, devendo comprovar a destinação.

Logística reversa de equipamentos e peças eletroeletrônicos substituídos durante a vigência contratual:

A contratada deve garantir o retorno de peças e componentes eletroeletrônicos ao ciclo industrial, ou, na impossibilidade, dar outra destinação ambientalmente adequada, devendo ainda apresentar comprovação desta destinação.

Durante a vigência contratual, a contratada deverá apresentar declaração ou certificado que comprove a destinação final dos resíduos gerados nos serviços prestados."

A licitante vencedora deverá apresentar, nos termos da Cláusula referente às obrigações da Contratada, declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no presente capítulo.

**A licitante vencedora deverá apresentar ainda, ao final da execução dos serviços, no prazo de até 10 dias úteis a contar do final de cada turno da Eleição, informação contendo volume de carga transportada, distância percorrida, tipo de veículo e tipo de combustível utilizado no transporte das urnas durante a execução contratual, em atenção ao contido no Despacho 4121 (2447712) contido no SEI 0002663-58.2024.6.17.8000.**

## **CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE:**

- No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a proponente vencedora deverá atender ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);

- Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Lei 14.133/2021, Art. 63, inciso IV; incluído pela Lei nº 13.146, de 2015, Art. 104º);

- Se couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência. (Lei 8.213 de 1991, Art. 93: "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.....5%".



## CRITÉRIOS DE SAÚDE

- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes. (p. 42, "1.1" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ e p. 60 da 3ª Edição, ano 2021 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE. (p. 42, "1.2" do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do STJ).
- A empresa vencedora deverá apresentar declaração, afirmando que atende aos Critérios de Sustentabilidade previstos no presente capítulo, devendo apresentar documentos comprobatórios do atendimento ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência.

### 6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea "e" e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Demonstrado no **item 4.1** deste TR.

<b>Local e Horário da Prestação dos Serviços</b>	Os serviços deverão ser prestados nos 184 municípios do estado de Pernambuco.
<b>Prazo para Prestação do Serviço</b>	O prazo de execução do objeto desta contratação terá início 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato até 1 dia após o 1º Turno das Eleições ou do 2º Turno, se houver.
<b>Informar a periodicidade das manutenções preventivas (se houver)</b>	Não há.
<b>Informar prazo de atendimento nas manutenções corretivas/substituição de equipamentos (se houver)</b>	Não há.

#### 6.1. Obrigações da Contratada

a) Será de responsabilidade da contratada a prestação dos serviços constantes do item 1, com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como as oferecidas em sua proposta.

- b) Comparecer, quando solicitado pelo contratante, a qualquer tempo a partir da assinatura do contrato, em local e data designado, para reuniões de alinhamento operacional.
- c) Garantir a integridade física das urnas eletrônicas durante os procedimentos de carga, transporte e descarga, atentando especialmente para o seu manuseio, para que sejam transportadas sempre dentro das caixas, não sendo permitida à contratada, em nenhuma hipótese, a abertura das caixas ou a retirada das urnas eletrônicas de dentro das caixas durante a execução do serviço que a ela compete.
- d) Manter os bens em perfeito estado, inclusive as embalagens, que deverão chegar aos destinos livres de avarias, sem violação dos lacres e com a identificação preservada.
- e) Atentar para os seguintes cuidados básicos com a urna eletrônica: evitar exposição à luz direta do sol; evitar o armazenamento em superfícies sujas ou úmidas; evitar contato da urna eletrônica com substâncias líquidas; evitar quedas ou movimentos bruscos; evitar empilhamento superior a 8 (oito) urnas; evitar a inclinação da urna durante o transporte.
- f) Obedecer estritamente às recomendações do fabricante das urnas eletrônicas, no que se refere ao empilhamento máximo recomendado, conforme orientação a ser fornecida pela SEGUE - SEÇÃO DE GESTÃO DE URNAS ELETRÔNICAS do TRE/PE, observando a fragilidade de tais equipamentos, bem como a necessidade de protegê-las de quaisquer substâncias líquidas;
- g) Pautar-se estritamente pelas recomendações da SEGUE - SEÇÃO DE GESTÃO DE URNAS ELETRÔNICAS do TRE/PE e/ou do fabricante dos equipamentos, no que se refere ao modo e posição do transporte, manuseio e carregamento;
- h) Atender prontamente as orientações dos Juízes Eleitorais, Chefes de Cartório e da SEGUE - SEÇÃO DE GESTÃO DE URNAS ELETRÔNICAS do TRE/PE, no que diz respeito aos procedimentos de coleta, transporte e distribuição das urnas eletrônicas;
- i) Indenizar direta e pessoalmente o TRE-PE por quaisquer avarias porventura causadas às urnas eletrônicas em decorrência da utilização de meios indevidos quanto ao transporte, manuseio, extravios ou outras ocorrências, por culpa ou dolo da contratada ou de terceiros, sempre no valor integral do dano.
- j) Responder direta e pessoalmente pelos danos cíveis, sejam materiais ou imateriais, causados por seus colaboradores nos locais de trabalho, mesmo que em vias públicas, durante a execução dos serviços.
- k) Responsabilizar-se diretamente pelas verbas trabalhistas e/ou outras decorrentes da mão de obra utilizada nos serviços objeto desta contratação.
- l) Disponibilizar os recursos de pessoal para prestação dos serviços de acordo com as especificações do subitem 4.1.4 - DOS EMPREGADOS A SEREM ALOCADOS PARA O SERVIÇO.
- m) Fornecer os veículos para o transporte das urnas eletrônicas de acordo com as especificações do subitem 4.1.5 - DOS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS.
- n) Fornecer ao contratante, via e-mail, no prazo de até 10 (dez) dias de antecedência do pleito (1º Turno), uma lista em formato editável, contendo as seguintes informações:
- dos veículos: número do polo, número da zona eleitoral, número do roteiro, modelo do veículo, placa do veículo e cópia do documento atualizado do veículo (CRLV);
  - **dos motoristas:** nome completo do motorista, número do telefone móvel de contato do motorista cópia do documento de habilitação válido; e
  - **dos carregadores:** nome completo e cópia do documento de identidade.

**Na lista deverá conter ainda as informações de veículos, motoristas e carregadores no percentual de 10% (dez por cento) a mais que o necessário para cada item dos grupos (para cada município), como reserva de contingência caso seja necessária a substituição de algum desses recursos de forma imediata.**

o) Manter o contratante devidamente informado sobre o andamento da distribuição e do recolhimento das urnas eletrônicas, durante todo o período destes eventos, através de algum sistema online, ou por outras vias, contanto que as informações sejam atualizadas, no mínimo, a cada 1 (uma) hora.

p) Fornecer os lacres numerados para fechamento dos veículos carregados com as urnas eletrônicas com a seguinte especificação:

•**Lacre adesivo numerado para portas**, compartimentos de bagagem e capotas de picapes;

•**Lacres de segurança com cinta plástica abraçadeira com numeração** para as portas do compartimento de carga dos caminhões/camionetes.

q) Realizar a distribuição das urnas promovendo a condução e o armazenamento das urnas eletrônicas até a sala indicada pelo representante do TRE-PE presente no local de votação (Administrador de Prédio ou Apoio Logístico), mediante assinatura de recibo em duas vias.

q.1) A Contratada deverá fornecer os recibos de entrega e recibos de recolhimento das urnas em duas vias para cada entrega constante do seu roteiro.

r) Submeter, no dia do evento de carregamento dos veículos, no primeiro e no segundo turno, se houver, os veículos que serão utilizados nos transportes das urnas eletrônicas à apreciação do Suporte Logístico (SL) do TRE-PE em cada local de armazenamento. Caso estes sejam rejeitados, a empresa contratada terá 2 (duas) horas para efetuar a substituição;

s) Dispor de veículo reserva e providenciar a substituição no tempo máximo de 2 (duas) horas, já incluída nesse prazo a transferência de toda a carga para o veículo substituto, na eventualidade de quebra ou defeito mecânico em algum veículo.

t) Apresentar ao contratante um plano de ação, **no prazo de até 13 (treze) dias de antecedência do pleito (1º Turno)**, que deverá contemplar o planejamento para a execução dos serviços, e conter, no mínimo:

t.1) ações para contingências, em especial as relativas à quebra de veículo, substituição de motoristas e carregadores, reserva para atendimento de eventualidades, greves, atentados, furtos e roubos, etc;

t.2) procedimentos para confirmação e garantia da distribuição das urnas eletrônicas em cada uma das Seções Eleitorais (loais de entrega);

t.3) modelo das credenciais dos diversos empregados envolvidos na execução dos serviços.

u) Responsabilizar-se por quaisquer infrações de trânsito cometidas pelos motoristas sob sua contratação, bem como pelo pagamento de multas e/ou outros encargos decorrentes da inobservância à legislação pertinente.

v) Dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo de propriedade da empresa por grupo, uma vez que é vedada a sublocação total de veículos para a realização do serviço.

w) Levar imediatamente ao conhecimento do contratante qualquer fato relevante ou anormal que ocorra ou possa ocorrer na execução do objeto contratado para adoção de medidas cabíveis.

x) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

y) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e demais obrigações resultantes da execução do contrato.

z) Acatar todas as exigências do Contratante, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

aa) Fornecer recibos de entrega e de coleta de urnas eletrônicas aos representantes do contratante nos locais de distribuição/recolhimento de urnas.

ab) Cumprir o serviço objeto deste termo de referência, mesmo em situações de greve ou colapso no sistema de transporte.

ac) Permitir que os fiscais do contrato designados pelo contratante exerçam ampla fiscalização dos serviços objeto do presente contrato bem como atender com eficiência às orientações e diligências que forem solicitadas pelos mesmos.

ad) manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

ae) apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no **Item Critérios de Sustentabilidade** deste Termo de Referência, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da assinatura do contrato;

**af) apresentar ao final da execução dos serviços, no prazo de até 10 dias úteis a contar do final de cada turno da Eleição, informação contendo volume de carga transportada, distância percorrida, tipo de veículo e tipo de combustível utilizado no transporte das urnas durante a execução contratual, em atenção ao contido no Despacho 4121 (2447712) contido no SEI 0002663-58.2024.6.17.8000.**

ae.1) O setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório no que tange ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade.

ae.2) informar ao **Contratante** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;

ae.3) comunicar ao **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão.

a) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei n° 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

1) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

2) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

3) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

b) Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

1) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

2) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

3) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

c) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

d) As baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

e) As baterias chumbo-ácido (componente automotivo) a serem utilizadas na execução dos serviços deverá possuir o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

f) A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

g) Os pneus a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) C2, C3 E C4, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

h) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

i) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

j) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

k) O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.

l) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

m) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

n) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

o) O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.

## 6.2. Obrigações do Contratante

Disponibilizar, nos locais de armazenamento, as urnas eletrônicas adequadamente acondicionadas, identificadas e devidamente endereçadas.

Promover a liberação tempestiva das urnas eletrônicas à Contratada para distribuição aos locais de entrega, conforme prazos acordados

fornecer recibos de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas através do suporte logístico (SL) nos polos eleitorais.

Acompanhar e fiscalizar os serviços, através de seus responsáveis, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Disponibilizar, por meio dos cartórios eleitorais, responsáveis pelo recebimento e entrega das urnas eletrônicas em todos os locais de distribuição/recolhimento de urnas.

Disponibilizar representantes nos locais de armazenamento de urnas para atuar na função de suporte logístico (SL).

Fornecer à Contratada, **até o vigésimo quarto dia anterior ao 1º turno das eleições**, a lista dos representantes, denominados suporte logístico (SL), contendo nome e telefone.

Fornecer à Contratada, **até o vigésimo quarto dia anterior ao 1º turno das eleições**, todos os roteiros de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas que serão elaborados pelos cartórios eleitorais, juntamente com documentos de apoio correlatos.

Fornecer, **a partir do vigésimo terceiro dia que antecede o 1º turno até a véspera do dia do 1º turno das eleições**, em grupos fracionados de acordo com a demanda, as modificações em até

20% dos roteiros para o primeiro turno ocasionadas por motivos de força maior que levem os cartórios eleitorais a desativar ou alterar locais de votação, bem como alterar estratégias de distribuição e recolhimento, tudo conforme o previsto em legislação própria do TRE-PE e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Fornecer, **a partir do vigésimo terceiro dia que antecede o 1º turno até a véspera do dia do 1º turno das eleições**, em grupos fracionados de acordo com a demanda, as modificações em até 20% dos roteiros para o segundo turno (além das modificações já informadas para o primeiro turno) ocasionadas por motivos de força maior que levem os cartórios eleitorais a desativar ou alterar locais de votação, bem como alterar estratégias de distribuição e recolhimento, tudo conforme o previsto em legislação própria do TRE-PE e do TSE.

Fornecer à Contratada Relatório de Urnas Recolhidas Antecipadamente no dia do recolhimento em horário anterior ao horário de início do evento de recolhimento de urnas eletrônicas (até às 8h), no 1º Turno e no 2º Turno, se houver.

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo contratados.

## **7. Gestão e Fiscalização da Contratação** (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

### **Gestão e Fiscalização da Contratação**

	<b>Servidor</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail Funcional</b>
<i>Gestor do Contrato ou de Ata de Registro de Preços</i>	Sérgio Costa Andrade	(81) 3194-9367	setrans@tre-pe.jus.br
<b>Fiscal Técnico</b>	Eládio Antônio Fernando Ferreira	(81) 3194-9366	setrans@tre-pe.jus.br
<b>Fiscal Administrativo</b>	Mawra Millena Klinger	(81) 3194-9366	setrans@tre-pe.jus.br
<b>Fiscal Demandante da Contratação</b>	Edvan de Sá Feitosa Filho	(81) 3194-9556	segue@tre-pe.jus.br

#### **7.1. Critérios de Medição e de Pagamento**

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO ÚNICO ao Contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.,

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.não produziu os resultados acordados, deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.1.2.descumpriu obrigações sociais trabalhistas bem como toda e qualquer obrigação prevista contratualmente.

7.2.A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3.A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

<b>INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	
<b>Finalidade</b>	Garantir que os serviços sejam realizados conforme a qualidade e a frequência contratados
<b>Meta a cumprir</b>	Serviços prestados com aderência às especificações do contrato
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços Prestados, por turno de eleição.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Registro de ocorrências pelo Gestor do Contrato vigência com início na data de publicação do extrato do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e término em 31 de dezembro de 2024.
<b>Periodicidade</b>	No final de cada turno de eleição. (em até dois momentos, caso haja 2º turno de eleição)
<b>Início da Vigência</b>	Na data de publicação do extrato do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e término em 31 de dezembro de 2024.

7.4. O Gestor do Contrato, ao final de cada turno das eleições e com base no relatório do fiscal técnico/setorial e do fiscal administrativo, elaborará o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, consolidando as informações relativas às ocorrências verificadas na execução e calculará o INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS e eventuais adequações aos pagamentos, utilizando o modelo do ANEXO ÚNICO ao Contrato.

7.5. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS será assinado pelo Gestor, pelo fiscal técnico/setorial e fiscal administrativo e concluirá o recebimento do serviço, para atesto e pagamento.

7.6. O Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.7. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

7.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos



indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.9. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Para efetivação do pagamento deverá ser verificada a comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

### **OBSERVAÇÕES:**

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7.2. Penalidades**

7.2.1 O contratado pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- a)der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)der causa à inexecução total do contrato;
- d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2.1.1.As infrações descritas neste subitem somente estarão caracterizadas após o decurso dos prazos/limites fixados para item análogo do Instrumento de Medição de Resultados(IMR), se houver.

7.2.2.Para as infrações mencionadas no subitem 7.2.1, serão aplicáveis as seguintes sanções:

i)Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii)Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.2.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii)Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.2.1. deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv)Multa:

(1)Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

(2)Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3)Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.2.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

(4)Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.2.1, de 2% a 8% do valor do Contrato.

(5)Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.2.1, a multa será de 2% a 12% do valor do Contrato.

(6)Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.2.1, a multa será de 1% a 7% do valor do Contrato.

(7)Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.2.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações que não se justificar a imposição de penalidade multa e que a empresa não tenha cometido a infração de forma reincidente.

7.2.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.4.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.2.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.2.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.2.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **7.3. Reajuste e Aditamento**

Há possibilidade de acréscimo, supressão contratual e reajuste nos termos da Lei 14.133 de 01/04/2021.

Para o cálculo do reajuste será adotada o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, ou seja, determinado pelo Governo Federal.

### **8. Informações Complementares**

8.1 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Como relatado no ETP, itens 1.8 e 1.9, o TRE/PE não dispõe de veículos que comportam o transporte, dentro do período pretendido, do elevado número de urnas eletrônicas que serão utilizadas nas Eleições Municipais de 2024 em Pernambuco.

Uma empresa de logística em transportes possui a estrutura e os conhecimentos necessários para que o transporte da carga aconteça de maneira segura, rápida e satisfatória, dispondo de veículos de diferentes portes e formatos para atender a solução pretendida.

Para fins de aferição da qualidade da prestação dos serviços, durante a vigência do contrato adotaremos o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, podendo haver adequações no pagamento com base nos indicadores estabelecidos neste Termo de Referência.

8.2 - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Não se aplica por que para esta contratação pois não há qualquer outra medida que a Administração deva tomar para a execução da contratação, nem capacitação de servidores para fiscalização e/ou gestão, uma vez que o corpo de funcionários da SETRANS e os demais servidores que atuam como SL e ST já possui expertise para a atividade.

### **TR - Serviços SEM Alocação de Mão De obra (2622948)**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO II**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO**

**Roteiro de Distribuição - Grupo 1**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO III**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Distribuição - Grupo 2**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

<b>ANEXO IV</b>
-----------------

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Distribuição - Grupo 3**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO V**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Distribuição - Grupo 4**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO VI**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Recolhimento - Grupo 1**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO VII**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Recolhimento - Grupo 2**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO VIII**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Recolhimento - Grupo 3**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO IX**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Roteiro de Recolhimento - Grupo 4**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO X**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Endereços dos Locais de Armazenamento e Coleta**

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Quant. De Urnas no 1º Turno	Quant. De Urnas no 2º Turno(se houver)	Endereço
1	1	RECIFE	10.082	8.836	Av. Cônsul Vilarés Fragoso, 291-B, San Martim – Recife – PE CEP: 50760-365
1	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917	0	Sem local definido
1	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146	2.616	Av. dos Guararapes, s/n - Guararapes - Jaboatão dos Guararapes – PE CEP: 54325012
1	15	IGARASSU	2.544	1.390	Rua Joaquim Nabuco, s/n - Centro – Igarassu – PE CEP: 53620330
			18.689	12.842	

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Quant. De Urnas no 2º Turno(se houver)	Endereço
2	3	CARPINA	1.980	0	Rua Jornal Voz do Planalto, s/n (Fórum Eleitoral) - Santa Cruz Carpina – PE CEP: 55815-155
2	5	SURUBIM	1.811	0	Rua Euclides José da Silva, s/n – Centro – Surubim – PE CEP: 55750-000
2	16	LIMOEIRO	1.174	0	Rua Taquaritinga do Norte, s/n -

					Bairro do Juá - Limoeiro – PE CEP: 55700000
			4.965	0	

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Quant. De Urnas no 2º Turno(se houver)	Endereço
3	4	PALMARES	2.276	0	Rodovia BR 101 Sul, Km 187, s/n, Lote 5 - Engenho Paul - Santa Rosa - Palmares – PE CEP: 55540-000
3	6	CARUARU	2.992	1.466	Rua Olívio Ferreira de Azevedo, 263 - Bairro Universitário - Caruaru – PE CEP: 55016-900
3	7	GARANHUNS	2.376	0	Rua Barão de Nazaré, s/n (Fórum Eleitoral) - Brasília - Garanhuns – PE CEP: 55290000
3	17	BELO JARDIM	1.564	0	Batalhão da Polícia Militar em Belo Jardim Rod. BR-232 s/n Km 175 - Belo Jardim - PE CEP: 55150-000
			9.208	1.466	

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Quant. De Urnas no 2º Turno(se houver)	Endereço
4	8	ARCOVERDE	1.566	0	Rua Orlando Bispo de Queiroz, s/n, Bairro São Miguel – Arcoverde – PE CEP: 56506-020
4	9	SERRA TALHADA	1.054	0	Rua Vereador Silvino Cordeiro Siqueira, s/n, AABB – Serra Talhada – PE CEP: 56900-000
4	10	PETROLÂNDIA	986	0	Av. Auspício Valgueiro de Barros, 1066 – Quadra 11 – Petrolândia – PE CEP: 56460-000
4	11	SALGUEIRO	789	0	Rua Joaquim Sampaio, s/n – Lote 5A Quadra C – Centro - Salgueiro – PE CEP: 56000-000
4	12	OURICURI	1.544	0	Av. Fernando Bezerra, s/n - Centro – Ouricuri – PE CEP: 56200000
4	13	PETROLINA	1.232	690	Av. Dona Justina Freire de Souza, s/nº, bairro Vila Mocó, Petrolina-PE. – CEP: 56.306-415

4	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252	0	Av. Padre Luiz de Campus Góes, s/n - Manoela Valadares, - Afogados da Ingazeira – PE CEP: 56800000
			8.423	690	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO XI**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Municípios para Distribuição e Recolhimento**

**1º Turno**

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
1	1	RECIFE	10.082	1	RECIFE	318	3	318	3
				2	RECIFE	311	4	311	4
				3	RECIFE	326	4	326	4
				4	RECIFE	324	4	324	4
				5	RECIFE	307	4	307	4
				6	RECIFE	310	4	310	4
				7	RECIFE	313	4	313	4
				8	RECIFE	318	3	318	3
				9	RECIFE	303	4	303	4
				10	OLINDA	313	3	313	3
				13	SÃO LOURENÇO DA MATA	244	4	244	4
				100	OLINDA	324	4	324	4
				117	OLINDA	311	4	311	3
				127	CAMARAGIBE	216	2	216	2
				138	CAMARAGIBE	163	1	163	1
1	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917	14	MORENO	145	1	145	1
				18	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	253	2		0
				19	ESCADA	166	2	166	1
				21	GLÓRIA DO GOITÁ / CHÃ DE ALEGRIA	111	2	111	2
				30	GRAVATÁ	199	3	199	1
				31	AMARAJO / CHÃ GRANDE / PRIMAVERA	148	3	148	3
				102	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / POMBOS	126	2		0
1	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146	11	JABOATÃO DOS GUARARAPES	328	3	328	3
				15	CABO DE SANTO AGOSTINHO	221	5	221	5



				16	IPOJUCA	247	1	247	1
				101	JABOATÃO DOS GUARARAPES	314	2	314	2
				118	JABOATÃO DOS GUARARAPES	343	2	343	2
				121	CABO DE SANTO AGOSTINHO	297	5	297	5
				147	JABOATÃO DOS GUARARAPES	323	2	323	2
1	15	IGARASSU	2.544	12	PAULISTA	225	2	225	2
				25	GOIANA	209	2	209	1
				85	IGARASSU	0	0	0	0
				114	PAULISTA	253	4	253	3
				119	ABREU E LIMA	253	2	253	2
				131	ILHA DE ITAMARACÁ / ITAPISSUMA	115	2	115	1
				146	PAULISTA	217	2	217	2
		TOTAL	18.689			9534	109	9155	98

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
2	3	CARPINA	1.980	17	PAUDALHO	149	2	149	1
				20	CARPINA / LAGOA DO CARRO	206	8	206	6
				23	NAZARÉ DA MATA/ BUENOS AIRES / TRACUNHAÉM	146	3	146	1
				27	ITAMBÉ, CAMUTANGA, FERREIROS	137	2	137	1
				36	TIMBAÚBA	146	3	146	3
				125	CONDADO, ALIANÇA, ITAQUITINGA	206	4	206	3
2	5	SURUBIM	1.811	33	BOM JARDIM, OROBÓ	182	7	182	1
				34	CASINHAS, SURUBIM, VERTENTE DO LÉRIO	207	3		0
				46	VERTENTES, SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, FREI MIGUELINHO	129	5	129	5
				51	TAQUARITINGA DO NORTE	65	1	65	1
				88	JOÃO ALFREDO, SALGADINHO, MACHADOS	140	4	140	3
				109	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	188	4	188	1
				112	TORITAMA	98	1	98	1
2	16	LIMOEIRO	1.174	24	LIMOEIRO	148	3	148	3
				90	MACAPARANA, SÃO VICENTE FÉRRER, VICÊNCIA	182	5	182	2
				91	PASSIRA, CUMARU	139	5	139	2
				135	LAGOA DE ITAENGA, FEIRA	118	1	118	1

					NOVA				
		TOTAL	4.965			2586	61	2379	35

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
3	4	PALMARES	2.276	26	TAMANDARÉ, RIO FORMOSO, SIRINHAEM	206	3	206	1
				28	RIBEIRÃO, CORTÊS, GAMELEIRA	189	1	189	1
				37	PALMARES	126	3		0
				38	ÁGUA PRETA, JOAQUIM NABUCO, XEXÉU	156	4	156	1
				42	BARREIROS, SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	154	1	154	1
				43	CATENDE, MARAIAL, JAQUEIRA, BELÉM DE MARIA	197	3	197	2
				47	QUIPAPÁ, SÃO BENEDITO DO SUL, PANELAS	173	2	173	2
3	6	CARUARU	2.992	35	BEZERROS	158	2	158	1
				39	BARRA DE GUABIRABA, BONITO	132	3	132	1
				41	CARUARU, RIACHO DAS ALMAS	134	5	134	1
				54	BREJO DA MADRE DE DEUS, JATAÚBA	150	5	150	5
				86	AGRESTINA, CUPIRA, LAGOA DOS GATOS	174	4	174	1
				105	CARUARU	298	3	298	3
				106	CARUARU	301	4	301	4
				132	SAIRÉ, CAMOCIM DE SÃO FÉLIX, SÃO JOAQUIM DO MONTE	149	3	149	1
3	7	GARANHUNS	2.376	56	GARANHUNS	289	3	289	3
				59	CORRENTES, LAGOA DO OURO, PALMEIRINA	111	2	111	1
				61	BOM CONSELHO, TEREZINHA	138	4	138	1
				64	ÁGUAS BELAS	111	2	111	1
				92	GARANHUNS, BREJÃO, PARANATAMA, JUCATI, JUPI	173	4	173	4
				116	SÃO JOÃO, CÂNHOTINHO, ANGELIM	149	3	149	3
				130	CAPOEIRAS, CAETÉS	115	3	115	3
				136	SALOÁ, IATI	102	4	102	2
3	17	BELO JARDIM	1.564	44	SÃO CAETANO, TACAIMBÓ, CACHOEIRINHA	203	3	203	1

				45	BELO JARDIM, SANHARÓ	225	4	225	2
				48	ALTINHO, IBIRAJUBA	85	4	85	4
				52	SÃO BENTO DO UNA	116	2	116	1
				94	LAJEDO, CALÇADO, JUREMA	153	1	153	1
		TOTAL	9.208			4667	85	4541	52

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
4	8	ARCOVERDE	1.566	55	PESQUEIRA, POÇÃO	212	7	212	1
				57	ARCOVERDE	170	2	170	1
				58	PEDRA	64	3	64	1
				60	BUÍQUE	121	3	121	3
				120	ALAGOINHA, VENTUROSA	88	2	88	1
				143	ITAÍBA, TUPANATINGA	128	2	128	1
4	9	SERRA TALHADA	1.054	65	CUSTÓDIA	88	2	88	1
				67	FLORES, TRIUNFO	101	2	101	1
				69	MIRANDIBA, CARNAUBEIRA DA PENHA	82	2	82	1
				71	SERRA TALHADA, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	220	8	0	0
				74	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	87	1	87	1
				108	BETÂNIA, CALUMBI	59	4	59	2
4	10	PETROLÂNDIA	986	63	INAJÁ, MANARI	91	4	91	1
				70	PETROLÂNDIA	87	1	87	1
				72	FLORESTA	72	4	72	1
				73	BELÉM DO SÃO FRANCISCO, ITACURUBA	74	2	74	1
				89	TACARATU, JATOBÁ	99	3	99	2
				128	IBIMIRIM	70	4	70	1
4	11	SALGUEIRO	789	75	SALGUEIRO, VERDEJANTE	157	4	0	0
				76	SERRITA, CEDRO	86	2	86	2
				77	CABROBÓ, OROCO	131	3	131	1
				78	PARNAMIRIM, TERRA NOVA	99	8	99	1
4	12	OURICURI	1.544	79	EXU, MOREILÂNDIA	121	3	121	1
				80	BODOCÓ, GRANITO	105	2	105	2
				82	SANTA FILOMENA, SANTA CRUZ, OURICURI	222	7	222	3
				84	ARARIPINA	183	3	183	1
				133	TRINDADE, IPUBI	141	3	141	1
4	13	PETROLINA	1.232	81	SANTA MARIA DA BOA VISTA	103	4	103	1
				83	PETROLINA	225	6	0	0

				107	AFRÂNIO, DORMENTES	102	4	102	4
				137	LAGOA GRANDE	66	3	66	1
				144	PETROLINA	237	4	0	0
				145	PETROLINA	228	5	0	0
4	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252	50	TABIRA, INGAZEIRA	85	2	85	1
				62	SERTÂNIA	101	1	101	1
				66	AFOGADOS DA INGAZEIRA, IGUARACY	135	2	135	2
				68	SÃO JOSÉ DO EGITO, TUPARETAMA	105	3	105	2
				98	CARNAÍBA, QUIXABA, SOLIDÃO	98	1	98	1
				99	BREJINHO, ITAPETIM, SANTA TERESINHA	102	1	102	1
		TOTAL	8.423			4745	127	3678	47

		TOTAL GERAL				21532	382	19753	232
--	--	-------------	--	--	--	-------	-----	-------	-----

**2º Turno (Nas localidades onde for confirmado o 2º turno)**

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
1	1	RECIFE	8.836	1	RECIFE	318	3	318	3
				2	RECIFE	311	4	311	4
				3	RECIFE	326	4	326	4
				4	RECIFE	324	4	324	4
				5	RECIFE	307	4	307	4
				6	RECIFE	310	4	310	4
				7	RECIFE	313	4	313	4
				8	RECIFE	318	3	318	3
				9	RECIFE	303	4	303	4
				10	OLINDA	313	3	313	3
				13	SÃO LOURENÇO DA MATA	0	0	0	0
				100	OLINDA	324	4	324	4
				117	OLINDA	311	4	311	3
				127	CAMARAGIBE	0	0	0	0
				138	CAMARAGIBE	0	0	0	0
				149	RECIFE	320	4	320	4
				150	RECIFE	320	4	320	4
1	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0	14	MORENO	0	0	0	0
				18	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0	0	0	0
				19	ESCADA	0	0	0	0
				21	GLÓRIA DO GOITÁ / CHÃ DE ALEGRIA	0	0	0	0
				30	GRAVATÁ	0	0	0	0
				31	AMARAJI / CHÃ GRANDE / PRIMAVERA	0	0	0	0
				102	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO / POMBOS	0	0	0	0
1	14	JABOATÃO DOS	2.616	11	JABOATÃO DOS	328	3	328	3

		GUARARAPES			GUARARAPES				
				15	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0	0	0	0
				16	IPOJUCA	0	0	0	0
				101	JABOATÃO DOS GUARARAPES	314	2	314	2
				118	JABOATÃO DOS GUARARAPES	343	2	343	2
				121	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0	0	0	0
				147	JABOATÃO DOS GUARARAPES	323	2	323	2
1	15	IGARASSU	1.390	12	PAULISTA	225	2	225	2
				25	GOIANA	0	0	0	0
				85	IGARASSU	0	0	0	0
				114	PAULISTA	253	4	253	3
				119	ABREU E LIMA	0	0	0	0
				131	ILHA DE ITAMARACÁ / ITAPISSUMA	0	0	0	0
				146	PAULISTA	217	2	217	2
		TOTAL	12.842			6421	70	6421	68

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
2	3	CARPINA	0	17	PAUDALHO	0	0	0	0
				20	CARPINA / LAGOA DO CARRO	0	0	0	0
				23	NAZARÉ DA MATA/ BUENOS AIRES / TRACUNHAÉM	0	0	0	0
				27	ITAMBÉ, CAMUTANGA, FERREIROS	0	0	0	0
				36	TIMBAÚBA	0	0	0	0
				125	CONDADO, ALIANÇA, ITAQUITINGA	0	0	0	0
2	5	SURUBIM	0	33	BOM JARDIM, OROBÓ	0	0	0	0
				34	CASINHAS, SURUBIM, VERTENTE DO LÉRIO	0	0	0	0
				46	VERTENTES, SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, FREI MIGUELINHO	0	0	0	0
				51	TAQUARITINGA DO NORTE	0	0	0	0
				88	JOÃO ALFREDO, SALGADINHO, MACHADOS	0	0	0	0
				109	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0	0	0	0
				112	TORITAMA	0	0	0	0
2	16	LIMOEIRO	0	24	LIMOEIRO	0	0	0	0
				90	MACAPARANA, SÃO VICENTE FÉRRER, VICÊNCIA	0	0	0	0
				91	PASSIRA, CUMARU	0	0	0	0
				135	LAGOA DE ITAENGA, FEIRA	0	0	0	0

					NOVA				
		TOTAL	0			0	0	0	0

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
3	4	PALMARES	0	26	TAMANDARÉ, RIO FORMOSO, SIRINHAEM	0	0	0	0
				28	RIBEIRÃO, CORTÊS, GAMELEIRA	0	0	0	0
				37	PALMARES	0	0	0	0
				38	ÁGUA PRETA, JOAQUIM NABUCO, XEXÉU	0	0	0	0
				42	BARREIROS, SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	0	0	0	0
				43	CATENDE, MARAIAL, JAQUEIRA, BELÉM DE MARIA	0	0	0	0
				47	QUIPAPÁ, SÃO BENEDITO DO SUL, PANELAS	0	0	0	0
3	6	CARUARU	1.466	35	BEZERROS	0	0	0	0
				39	BARRA DE GUABIRABA, BONITO	0	0	0	0
				41	CARUARU, RIACHO DAS ALMAS	134	5	134	1
				54	BREJO DA MADRE DE DEUS, JATAÚBA	0	0	0	0
				86	AGRESTINA, CUPIRA, LAGOA DOS GATOS	0	0	0	0
				105	CARUARU	298	3	298	3
				106	CARUARU	301	4	301	4
				132	SAIRÉ, CAMOCIM DE SÃO FÉLIX, SÃO JOAQUIM DO MONTE	0	0	0	0
3	7	GARANHUNS	0	56	GARANHUNS	0	0	0	0
				59	CORRENTES, LAGOA DO OURO, PALMEIRINA	0	0	0	0
				61	BOM CONSELHO, TEREZINHA	0	0	0	0
				64	ÁGUAS BELAS	0	0	0	0
				92	GARANHUNS, BREJÃO, PARANATAMA, JUCATI, JUPI	0	0	0	0
				116	SÃO JOÃO, CÂNHOTINHO, ANGELIM	0	0	0	0
				130	CAPOEIRAS, CAETÉS	0	0	0	0
				136	SALOÁ, IATI	0	0	0	0
3	17	BELO JARDIM	0	44	SÃO CAETANO, TACAIMBÓ, CACHOEIRINHA	0	0	0	0

				45	BELO JARDIM, SANHARÓ	0	0	0	0
				48	ALTINHO, IBIRAJUBA	0	0	0	0
				52	SÃO BENTO DO UNA	0	0	0	0
				94	LAJEDO, CALÇADO, JUREMA	0	0	0	0
		TOTAL	1.466			733	12	733	8

GRUPO	Polo	Coletar no Município Sede de Polo	Quant. Urnas	Zona	Distribuir nos Município(s)	Quant. de Urnas para Distribuição	Quant. Roteiros de Distribuição	Quant. de Urnas para Recolhimento	Quant. Roteiros de Recolhimento
4	8	ARCOVERDE	0	55	PESQUEIRA, POÇÃO	0	0	0	0
				57	ARCOVERDE	0	0	0	0
				58	PEDRA	0	0	0	0
				60	BUÍQUE	0	0	0	0
				120	ALAGOINHA, VENTUROSA	0	0	0	0
				143	ITAÍBA, TUPANATINGA	0	0	0	0
4	9	SERRA TALHADA	0	65	CUSTÓDIA	0	0	0	0
				67	FLORES, TRIUNFO	0	0	0	0
				69	MIRANDIBA, CARNAUBEIRA DA PENHA	0	0	0	0
				71	SERRA TALHADA, SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	0	0	0	0
				74	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	0	0	0	0
				108	BETÂNIA, CALUMBI	0	0	0	0
4	10	PETROLÂNDIA	0	63	INAJÁ, MANARI	0	0	0	0
				70	PETROLÂNDIA	0	0	0	0
				72	FLORESTA	0	0	0	0
				73	BELÉM DO SÃO FRANCISCO, ITACURUBA	0	0	0	0
				89	TACARATU, JATOBÁ	0	0	0	0
				128	IBIMIRIM	0	0	0	0
4	11	SALGUEIRO	0	75	SALGUEIRO, VERDEJANTE	0	0	0	0
				76	SERRITA, CEDRO	0	0	0	0
				77	CABROBÓ, OROCÓ	0	0	0	0
				78	PARNAMIRIM, TERRA NOVA	0	0	0	0
4	12	OURICURI	0	79	EXU, MOREILÂNDIA	0	0	0	0
				80	BODOCÓ, GRANITO	0	0	0	0
				82	SANTA FILOMENA, SANTA CRUZ, OURICURI	0	0	0	0
				84	ARARIPINA	0	0	0	0
				133	TRINDADE, IPUBI	0	0	0	0
4	13	PETROLINA	690	81	SANTA MARIA DA BOA VISTA	0	0	0	0
				83	PETROLINA	225	6	0	0

				107	AFRÂNIO, DORMENTES	0	0	0	0
				137	LAGOA GRANDE	0	0	0	0
				144	PETROLINA	237	4	0	0
				145	PETROLINA	228	5	0	0
4	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	0	50	TABIRA, INGAZEIRA	0	0	0	0
				62	SERTÂNIA	0	0	0	0
				66	AFOGADOS DA INGAZEIRA, IGUARACY	0	0	0	0
				68	SÃO JOSÉ DO EGITO, TUPARETAMA	0	0	0	0
				98	CARNAÍBA, QUIXABA, SOLIDÃO	0	0	0	0
				99	BREJINHO, ITAPETIM, SANTA TERESINHA	0	0	0	0
		TOTAL	690			690	15	0	0

		<b>TOTAL GERAL</b>				<b>7.844</b>	<b>97</b>	<b>7.154</b>	<b>76</b>
--	--	--------------------	--	--	--	--------------	-----------	--------------	-----------





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO XII**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Modelo de Urna utilizado por polo eleitoral**

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Modelos de Urna	Endereço
1	1	RECIFE	UE2020/ UE2022	Av. Cônsul Vilarés Fragoso, 291-B, San Martim – Recife – PE CEP: 50760-365
1	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	UE2020/ UE2022	Sem local definido
1	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	UE2020/ UE2022	Av. dos Guararapes, s/n - Guararapes - Jaboatão dos Guararapes – PE CEP: 54325012
1	15	IGARASSU	UE2020/ UE2022	Rua Joaquim Nabuco, s/n - Centro – Igarassu – PE CEP: 53620330

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Modelos de Urna	Endereço
2	3	CARPINA	UE2020/ UE2022	Rua Jornal Voz do Planalto, s/n (Fórum Eleitoral) - Santa Cruz Carpina – PE CEP: 55815-155
2	5	SURUBIM	UE2020/ UE2022	Rua Euclides José da Silva, s/n – Centro – Surubim – PE CEP: 55750-000
2	16	LIMOEIRO	UE2020/ UE2022	Rua Taquaritinga do Norte, s/n - Bairro do Juá - Limoeiro – PE CEP: 55700000

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Modelos de Urna	Endereço
3	4	PALMARES	UE2013/ UE2015	Rodovia BR 101 Sul, Km 187, s/n, Lote 5 - Engenho Paul - Santa Rosa – Palmares – PE CEP: 55540-000
3	6	CARUARU	UE2013/ UE2015	Rua Olívio Ferreira de Azevedo, 263 – Bairro Universitário – Caruaru – PE CEP: 55016-900
3	7	GARANHUNS	UE2013/ UE2015	Rua Barão de Nazaré, s/n (Fórum Eleitoral) - Brasília - Garanhuns – PE CEP: 55290000
3	17	BELO JARDIM	UE2013/ UE2015	Batalhão da Polícia Militar em Belo Jardim Rod. BR-232 s/n Km 175 - Belo Jardim - PE CEP: 55150-000

GRUPO	Polo	Município Sede de Polo	Modelos de Urna	Endereço
4	8	ARCOVERDE	UE2020/ UE2022	Rua Orlando Bispo de Queiroz, s/n, Bairro São Miguel – Arcoverde – PE CEP: 56506-020
4	9	SERRA TALHADA	UE2020/ UE2022	Rua Vereador Silvino Cordeiro Siqueira, s/n, AAB – Serra Talhada – PE CEP: 56900-000
4	10	PETROLÂNDIA	UE2020/ UE2022	Av. Auspício Valgueiro de Barros, 1066 – Quadra 11 – Petrolândia – PE CEP: 56460-000
4	11	SALGUEIRO	UE2020/ UE2022	Rua Joaquim Sampaio, s/n – Lote 5A Quadra C – Centro - Salgueiro – PE CEP: 56000-000
4	12	OURICURI	UE2020/ UE2022	Av. Fernando Bezerra, s/n - Centro – Ouricuri – PE CEP: 56200000
4	13	PETROLINA	UE2020/ UE2022	Av. Dona Justina Freire de Souza, s/nº, bairro Vila Mocó, Petrolina-PE. – CEP: 56.306-415
4	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	UE2020/ UE2022	Av. Padre Luiz de Campus Góes, s/n - Manoela Valadares, - Afogados da Ingazeira – PE CEP: 56800000



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO XIII**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Endereços dos Cartórios Eleitorais de Pernambuco**

O anexo pode ser acessado pelo sistema Compras.gov.br e no site do TRE-PE, no seguinte endereço:

- [www.tre-pe.jus.br](http://www.tre-pe.jus.br) (Transparência e Prestação de Contas / Licitações / Pregão Eletrônico / 2024).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**


**ANEXO XIV**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Modelo de Etiqueta**

Eleições 2024		<input type="checkbox"/> 1º Turno	<input type="checkbox"/> 2º Turno
RECIFE			
1ª ZONA		1023 - COLEGIO BOA VIAGEM	
31ª			4º Prédio 
Seção			
Linha	10	ROTEIRO 2	
Coluna	D	Urbano	

Eleições 2024		<input type="checkbox"/> 1º Turno	<input type="checkbox"/> 2º Turno
PETROLINA			
83ª ZONA		1619 - ESCOLA MUNICIPAL JACOB FERREIRA	
480			2º Prédio 
Seção			
Linha	15	ROTEIRO 4	
Coluna	E	Urbano/Rural	

<b>Eleições 2024</b>	<input type="checkbox"/> 1º Turno	<input type="checkbox"/> 2º Turno
<b>Município: Recife</b>		
<b>1ª ZONA</b>		
<b>CONTINGÊNCIA</b>		

<b>Eleições 2024</b>	<input type="checkbox"/> 1º Turno	<input type="checkbox"/> 2º Turno
<b>Município:</b>		
<b>ZONA:</b> _____ <b>SEÇÃO:</b> _____		
<b>URNA SUBSTITUÍDA</b>		
<b>Motivo:</b>		
_____		
_____		
_____		
_____		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO XV**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 - ELETRÔNICO**

**Modelo de Recibo Entrega e Recolhimento**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
COORDENADORIA DE GESTÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS  
Eleições Gerais 2018 - Versão de Teste - 1º Turno

Recibo de Distribuição de Urnas Eletrônicas

1ª Zona Eleitoral

Declaro que recebi, nesta data, do(a) servidor(a) do TRE-PE SL do Polo X, as urnas eletrônicas abaixo relacionadas, responsabilizando-me por sua guarda e conservação:

Dados do roteiro	
Número:	1
Município(s):	RECIFE
Seções e urnas de justificativa:	131ª, 132ª, 133ª, 134ª, 138ª, 140ª, 142ª, 147ª, 149ª, 151ª, 153ª, 155ª, 156ª, 157ª, 158ª, 159ª, 160ª, 161ª, 162ª, 163ª, 164ª, 165ª, 166ª, 167ª, 168ª, 169ª, 170ª, 171ª, 172ª, 173ª, 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª, 179ª, 180ª, 181ª, 182ª, 183ª, 186ª, 187ª, 190ª, 196ª, 197ª, 200ª, 202ª, 204ª, 205ª, 206ª, 212ª, 221ª, 229ª, 231ª, 240ª, 244ª, 245ª, 252ª, 253ª, 254ª, 255ª, 258ª, 266ª, 270ª, 273ª, 275ª, 277ª, 279ª, 281ª, 286ª, 289ª, 291ª, 293ª, 295ª, 296ª, 297ª, 301ª, 305ª, 306ª, 308ª, 310ª, 311ª, 315ª, 321ª, 322ª, 323ª, 324ª, 330ª, 334ª, 337ª, 344ª, 345ª, 346ª, 347ª, 348ª, 349ª

Dados das Urnas	
Tipo de Urna	Quantidade
Urnas de Seção	96
Urnas de Contingência	8
Urnas de Justificativa	0
Total	104

Dados do motorista e do veículo	
Nome:	Fulano
Identidade:	454564
Telefone:	456456
Placa do veículo:	ABC1234
Marca e modelo do veículo:	

Polo X - Município, 31/08/2018

Contratada Polo X  
Funcionário(a) da Contratada

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
COORDENADORIA DE GESTÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS  
Eleições Gerais 2018 - Versão de Teste - 1º Turno

Recibo de Recolhimento de Urnas Eletrônicas

1ª Zona Eleitoral

Declaro que recebi, nesta data, do(a) funcionário(a) Representante da contratada, as urnas eletrônicas abaixo relacionadas, responsabilizando-me por sua guarda e conservação:

Dados do roteiro	
Número:	1
Município(s):	RECIFE
Seções e urnas de justificativa:	131ª, 132ª, 133ª, 134ª, 138ª, 140ª, 142ª, 147ª, 149ª, 151ª, 153ª, 155ª, 156ª, 157ª, 158ª, 159ª, 160ª, 161ª, 162ª, 163ª, 164ª, 165ª, 166ª, 167ª, 168ª, 169ª, 170ª, 171ª, 172ª, 173ª, 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª, 179ª, 180ª, 181ª, 182ª, 183ª, 186ª, 187ª, 190ª, 196ª, 197ª, 200ª, 202ª, 204ª, 205ª, 206ª, 212ª, 221ª, 229ª, 231ª, 240ª, 244ª, 245ª, 252ª, 253ª, 254ª, 255ª, 258ª, 266ª, 270ª, 273ª, 275ª, 277ª, 279ª, 281ª, 286ª, 289ª, 291ª, 293ª, 295ª, 296ª, 297ª, 301ª, 305ª, 306ª, 308ª, 310ª, 311ª, 315ª, 321ª, 322ª, 323ª, 324ª, 330ª, 334ª, 337ª, 344ª, 345ª, 346ª, 347ª, 348ª, 349ª

Dados das Urnas	
Tipo de Urna	Quantidade
Urnas de Seção	96
Urnas de Contingência	0
Urnas de Justificativa	0
Total	96

Dados do motorista e do veículo	
Nome:	
Identidade:	
Telefone:	
Placa do veículo:	
Marca e modelo do veículo:	

Polo 1 - Recife, 31/08/2018

\_\_\_\_\_  
SL do Polo 1  
Servidor(a) do TRE-PE



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**ANEXO XVI**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO**

**Modelo de Composição de Preços**

Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
1	1	1	RECIFE	10.082			8.836			
	2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917			0			
	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146			2.616			
	4	15	IGARASSU	2.544			1.390			
Total				18.689			12.842			
Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
2	5	3	CARPINA	1.980			0			
	6	5	SURUBIM	1.811			0			
	7	16	LIMOEIRO	1.174			0			
Total				4.965			0			



Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
3	8	4	PALMARES	2.276			0			
	9	6	CARUARU	2.992			1.466			
	10	7	GARANHUNS	2.376			0			
	11	17	BELO JARDIM	1.564			0			
<b>Total</b>				<b>9.208</b>			<b>1.466</b>			

Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
4	12	8	ARCOVERDE	1.566			0			
	13	9	SERRA TALHADA	1.054			0			
	14	10	PETROLÂNDIA	986			0			
	15	11	SALGUEIRO	789			0			
	16	12	OURICURI	1.544			0			
	17	13	PETROLINA	1.232			690			
	18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252			0			
<b>Total</b>				<b>8.423</b>			<b>690</b>			



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO**

<b>ANEXO XVII</b>
-------------------

**MINUTA DO CONTRATO**

**Contrato n.º     /2024**

**Processo SEI n.º 0000633-50.2024.6.17.8000**

**Pregão n.º 90034/2024 - Eletrônico**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO LOGÍSTICO E DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA A COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DAS URNAS ELETRÔNICAS PREPARADAS PARA AS ELEIÇÕES 2024, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE, E \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATANTE:** A União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE, com endereço na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1160, Graças, Recife/PE, CEP 52010-904, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, neste ato representado pela sua Diretoria-Geral, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 3º, inciso XI, da **Portaria nº 38/2024**, deste Tribunal, Orson Santiago Lemos, inscrito no CPF/MF sob o n.º 5\*\*.\*\*\*.\*\*\*-15, residente e domiciliado em Recife/PE.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, ao Pregão que originou a presente contratação e à Proposta de \_\_/\_\_/\_\_, apresentada pela **Contratada**, bem como o(s) anexo(s) que integra(m) este Contrato, independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes.

<b>ANEXO ÚNICO</b>	<b>- Instrumento de Medição de Resultado (IMR)</b>
--------------------	--

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital) e na Proposta da **Contratada**.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, até o limite de:

- a) para o grupo 1 - até 108 (cento e oito) veículos;
- b) para o grupo 2 - até 60 (sessenta) veículos;
- c) para o grupo 3 - até 84 (oitenta e quatro) veículos;
- d) para o grupo 4 - até 126 (cento e vinte e seis) veículos.

Parágrafo Primeiro - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **Contratada** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **Contratante** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** apresentará à **Contratante** documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Terceiro - Após comprovado o preenchimento das condições técnicas, a subcontratação será submetida à apreciação do fiscal técnico para análise e aprovação. A subcontratação não acarretará vínculo contratual com o TRE/PE.

Parágrafo Quarto - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo Quinto - Em caso de subcontratação, deverão ser observadas todas as condições dispostas no item “Descrição Detalhada do Objeto” do Termo de Referência, Anexo I do edital.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (**ANEXO I** ao Edital).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo Único - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **Contratada**, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados, referente ao 1º Turno das Eleições, o valor estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de realização do 2º Turno, a **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados o valor estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
1	1	1	RECIFE	10.082			8.836			
	2	2	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	1.917			0			
	3	14	JABOATÃO DOS GUARARAPES	4.146			2.616			
	4	15	IGARASSU	2.544			1.390			
Total				18.689			12.842			
Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
2	5	3	CARPINA	1.980			0			
	6	5	SURUBIM	1.811			0			
	7	16	LIMOEIRO	1.174			0			
Total				4.965			0			

Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
3	8	4	PALMARES	2.276			0			
	9	6	CARUARU	2.992			1.466			
	10	7	GARANHUNS	2.376			0			
	11	17	BELO JARDIM	1.564			0			
<b>Total</b>				<b>9.208</b>			<b>1.466</b>			
Grupo	Item	Polo (Item)	Município Sede de Polo	1º Turno			2º Turno			Valor Máximo Global por Item(R\$)
				Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	Quantidade	Valor Máximo Unitário por Urna (R\$)	Valor Máximo Total(R\$)	
4	12	8	ARCOVERDE	1.566			0			
	13	9	SERRA TALHADA	1.054			0			
	14	10	PETROLÂNDIA	986			0			
	15	11	SALGUEIRO	789			0			
	16	12	OURICURI	1.544			0			
	17	13	PETROLINA	1.232			690			
	18	18	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1.252			0			
<b>Total</b>				<b>8.423</b>			<b>690</b>			

Parágrafo Segundo - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços dos serviços objeto deste Contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, datado de \_\_/\_\_/\_\_, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, e independentemente de pedido da **Contratada**, serão reajustados utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**Fórmula de Cálculo:**  $Pr = P + (P \times V)$

**Onde:** Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do primeiro item desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste;

Parágrafo Primeiro - O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observadas as demais condições desta cláusula.

Parágrafo Segundo – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Terceiro – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

Parágrafo Quarto - O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito, agência e banco indicados na proposta, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo gestor da contratação, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Parágrafo Primeiro - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo de pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Parágrafo Segundo - A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **Contratada**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Terceiro - O gestor do contrato, ao final de cada turno das eleições e com base no relatório do fiscal técnico/setorial e do fiscal administrativo, elaborará o relatório de avaliação de qualidade dos serviços prestados, consolidando as informações relativas às ocorrências verificadas na execução e calculará o indicador de qualidade dos serviços prestados e eventuais adequações aos pagamentos, conforme Índice de Medição de Resultado - IMR, anexo a este Contrato (ANEXO ÚNICO),

Parágrafo Quarto - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Índice de Medição de Resultado - IMR, anexo a este Contrato (ANEXO ÚNICO), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Quinto - Ocorrerá, ainda, a glosa no pagamento devido à **Contratada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Índice de Medição de Resultado - IMR anexo a este Contrato (ANEXO ÚNICO).

Parágrafo Sexto - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do Pregão que originou a presente contratação.

Parágrafo Sétimo - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução da Contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Oitavo - Quando a **Contratada** for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente à nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da **Contratada**, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF nº 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pelas Instruções Normativas SRF nº 1.540/2015 e nº 1.663/2016, todas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Nono - A declaração supramencionada poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela **Contratante** conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

Parágrafo Décimo - Alternativamente à declaração citada acima, a **Contratante** poderá verificar a permanência da **Contratada** no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao Contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **Contratada** informar imediatamente à **Contratante** qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

## CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para o fato, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE/PE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX/100) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438365365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Único - A atualização financeira prevista no *caput* desta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

## CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da **Contratante**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução desta contratação ficará a cargo dos representantes da **Contratante** (Gestor e Fiscais), formalmente designados para acompanhar e fiscalizar a execução, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da **Contratante**:

I - efetuar os pagamentos nas condições e preços ora pactuados, desde que não haja nenhum óbice legal, nem fato impeditivo provocado pela **Contratada**;

II - disponibilizar, nos locais de armazenamento, as urnas eletrônicas adequadamente acondicionadas, identificadas e devidamente endereçadas;

III - promover a liberação tempestiva das urnas eletrônicas à **Contratada** para distribuição aos locais de entrega, conforme prazos acordados;

IV - fornecer recibos de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas através do suporte logístico (SL) nos polos eleitorais;

V - acompanhar e fiscalizar os serviços, através de seus responsáveis, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **Contratada**;

VI - disponibilizar, por meio dos cartórios eleitorais, responsáveis pelo recebimento e entrega das urnas eletrônicas em todos os locais de distribuição/recolhimento de urnas;

VII - disponibilizar representantes nos locais de armazenamento de urnas para atuar na função de suporte logístico (SL);

VIII - fornecer à **Contratada**, até o vigésimo quarto dia anterior ao 1º turno das eleições, a lista dos representantes, denominados suporte logístico (SL), contendo nome e telefone;

IX - fornecer à **Contratada**, até o vigésimo quarto dia anterior ao 1º turno das eleições, todos os roteiros de distribuição e de recolhimento de urnas eletrônicas elaborados pelos cartórios eleitorais, juntamente aos documentos de apoio correlatos;



X - fornecer, a partir do vigésimo terceiro dia que antecede o 1º turno até a véspera do dia do 1º turno das eleições, em grupos fracionados de acordo com a demanda, as modificações em até 20% dos roteiros para o primeiro turno ocasionadas por motivos de força maior que levem os cartórios eleitorais a desativar ou alterar locais de votação, bem como alterar estratégias de distribuição e recolhimento, tudo conforme o previsto em legislação própria do TRE/PE e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

XI - fornecer, a partir do vigésimo terceiro dia que antecede o 1º turno até a véspera do dia do 1º turno das eleições, em grupos fracionados de acordo com a demanda, as modificações em até 20% dos roteiros para o segundo turno (além das modificações já informadas para o primeiro turno) ocasionadas por motivos de força maior que levem os cartórios eleitorais a desativar ou alterar locais de votação, bem como alterar estratégias de distribuição e recolhimento, tudo conforme o previsto em legislação própria do TRE/PE e do TSE;

XII - fornecer à **Contratada** Relatório de Urnas Recolhidas Antecipadamente no dia do recolhimento em horário anterior ao horário de início do evento de recolhimento de urnas eletrônicas (até as 8h), no 1º Turno e no 2º Turno, se houver.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **Contratada**:

I - prestar os serviços, conforme especificações, condições, quantidades e prazos estipulados no Termo de Referência (**ANEXO I**) do Edital que originou a presente contratação e neste Contrato, bem como nas Ordens de Serviço;

II - comparecer, quando solicitado pela **Contratante**, a qualquer tempo a partir da assinatura deste contrato, em local e data designado, para reuniões de alinhamento operacional;

III - garantir a integridade física das urnas eletrônicas durante os procedimentos de carga, transporte e descarga, atentando especialmente para o seu manuseio, para que sejam transportadas sempre dentro das caixas, não sendo permitida à **Contratada**, em nenhuma hipótese, a abertura das caixas ou a retirada das urnas eletrônicas de dentro das caixas durante a execução do serviço que a ela compete;

IV - manter os bens em perfeito estado, inclusive as embalagens, as quais deverão chegar aos destinos livres de avarias, sem violação dos lacres e com a identificação preservada;

V - atentar para os seguintes cuidados básicos com a urna eletrônica:

- a) evitar exposição à luz direta do sol;
- b) evitar o armazenamento em superfícies sujas ou úmidas;
- c) evitar contato da urna eletrônica com substâncias líquidas;
- d) evitar quedas ou movimentos bruscos;
- e) evitar empilhamento superior a 8 (oito) urnas; e
- f) evitar a inclinação da urna durante o transporte.

VI - obedecer estritamente às recomendações do fabricante das urnas eletrônicas, no que se refere ao empilhamento máximo recomendado, conforme orientação a ser fornecida pela SEGUE - Seção de Gestão de Urnas Eletrônicas da **Contratante**, observando a fragilidade de tais equipamentos, bem como a necessidade de protegê-las de quaisquer substâncias líquidas;

VII - pautar-se estritamente pelas recomendações da SEGUE - Seção de Gestão de Urnas Eletrônicas da **Contratante** e/ou do fabricante dos equipamentos, no que se refere ao modo e posição do transporte, manuseio e carregamento;

VIII - atender prontamente as orientações dos Juízes Eleitorais, Chefes de Cartório e da SEGUE - Seção de Gestão de Urnas Eletrônicas da **Contratante**, no que diz respeito aos procedimentos de coleta, transporte e distribuição das urnas eletrônicas;

IX - indenizar direta e pessoalmente a **Contratante** por quaisquer avarias porventura causadas às urnas eletrônicas em decorrência da utilização de meios indevidos quanto ao transporte, manuseio, extravios ou outras ocorrências, por culpa ou dolo da contratada ou de terceiros, sempre no valor integral do dano;

X - responder direta e pessoalmente pelos danos cíveis, sejam materiais ou imateriais, causados por seus colaboradores nos locais de trabalho, mesmo que em vias públicas, durante a execução dos serviços;

XI - responsabilizar-se diretamente pelas verbas trabalhistas e/ou outras decorrentes da mão de obra utilizada nos serviços objeto desta contratação;

XII - disponibilizar os recursos de pessoal para prestação dos serviços de acordo com as especificações do **Termo de Referência** (Anexo I do Edital que originou a presente contratação);

XIII - fornecer os veículos para o transporte das urnas eletrônicas de acordo com as especificações do **Termo de Referência** (Anexo I do Edital que originou a presente contratação);

XIV - fornecer à **Contratante**, via e-mail, no prazo de até 10 (dez) dias de antecedência do pleito (1º Turno), uma lista em formato editável, contendo as seguintes informações:

a) dos veículos: número do polo, número da zona eleitoral, número do roteiro, modelo do veículo, placa do veículo e cópia do documento atualizado do veículo (CRLV);

b) dos motoristas: nome completo do motorista, número do telefone móvel de contato do motorista cópia do documento de habilitação válido; e

c) dos carregadores: nome completo e cópia do documento de identidade.

d) na lista deverá conter ainda as informações de veículos, motoristas e carregadores no percentual de 10% (dez por cento) a mais que o necessário para cada item dos grupos (para cada município), como reserva de contingência caso seja necessária a substituição de algum desses recursos de forma imediata.

XV - manter a **Contratante** devidamente informada sobre o andamento da distribuição e do recolhimento das urnas eletrônicas, durante todo o período destes eventos, através de algum sistema online, ou por outras vias, contanto que as informações sejam atualizadas, no mínimo, a cada 1 (uma) hora;

XVI - fornecer os lacres numerados para fechamento dos veículos carregados com as urnas eletrônicas com a seguinte especificação:

a) lacre adesivo numerado para portas, compartimentos de bagagem e capotas de picapes;

b) lacres de segurança com cinta plástica abraçadeira com numeração para as portas do compartimento de carga dos caminhões/camionetes.

XVII - realizar a distribuição das urnas promovendo a condução e o armazenamento das urnas eletrônicas até a sala indicada pelo representante da **Contratante** presente no local de votação (Administrador de Prédio ou Apoio Logístico), mediante assinatura de recibo em duas vias:

a) A **Contratada** deverá fornecer os recibos de entrega e recibos de recolhimento das urnas em duas vias para cada entrega constante do seu roteiro.

XVIII - submeter, no dia do evento de carregamento dos veículos, no primeiro e no segundo turno, se houver, os veículos que serão utilizados nos transportes das urnas eletrônicas à apreciação do Suporte Logístico (SL) da **Contratante** em cada local de armazenamento. Caso estes sejam rejeitados, a **Contratada** terá 2 (duas) horas para efetuar a substituição;

XIX - dispor de veículo reserva e providenciar a substituição no tempo máximo de 2 (duas) horas, já incluída nesse prazo a transferência de toda a carga para o veículo substituto, na eventualidade de quebra ou defeito mecânico em algum veículo;

XX - apresentar à **Contratante** um plano de ação, no prazo de até 13 (treze) dias de antecedência do pleito (1º Turno), o qual deverá contemplar o planejamento para a execução dos serviços, e conter, no mínimo:

a) ações para contingências, em especial as relativas à quebra de veículo, substituição de motoristas e carregadores, reserva para atendimento de eventualidades, greves, atentados, furtos e roubos, etc;

b) procedimentos para confirmação e garantia da distribuição das urnas eletrônicas em cada uma das Seções Eleitorais (loais de entrega);

c) modelo das credenciais dos diversos empregados envolvidos na execução dos serviços.

XXI - responsabilizar-se por quaisquer infrações de trânsito cometidas pelos motoristas sob sua contratação, bem como pelo pagamento de multas e/ou outros encargos decorrentes da inobservância à legislação pertinente;

XXII - dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo de propriedade da empresa por grupo, uma vez que é vedada a sublocação total de veículos para a realização do serviço;

XXIII - levar imediatamente ao conhecimento da **Contratante** qualquer fato relevante ou anormal que ocorra ou possa ocorrer na execução do objeto contratado para adoção de medidas cabíveis;

XXIV - zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

XXV - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e demais obrigações resultantes da execução do contrato;

XXVI - acatar todas as exigências da **Contratante**, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

XXVII - fornecer recibos de entrega e de coleta de urnas eletrônicas aos representantes da **Contratante** nos locais de distribuição/recolhimento de urnas;

XXVIII - cumprir o serviço objeto deste contrato, mesmo em situações de greve ou colapso no sistema de transporte;

XXIX - permitir que os fiscais do contrato designados pela **Contratante** exerçam ampla fiscalização dos serviços objeto do presente contrato bem como atender com eficiência às orientações e diligências que forem solicitadas pelos mesmos;

XXX - apresentar ao final da execução dos serviços, no prazo de até 10 dias úteis a contar do final de cada turno da Eleição, informação contendo volume de carga transportada, distância percorrida, tipo de veículo e tipo de combustível utilizado no transporte das urnas durante a execução contratual;

XXXI - efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº

12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

XXXII – tomar ciência de que não são permitidas, à **Contratada**, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

XXXIII - providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata, observado o que se segue:

a) As baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

b) As baterias chumbo-ácido (componente automotivo) a serem utilizadas na execução dos serviços deverá possuir o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

XXXIV - providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas:

a) Os pneus a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) C2, C3 E C4, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

XXXV - utilizar veículos que atendam ao seguinte:

a) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

b) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

c) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

d) O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.

e) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

f) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

g) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

h) O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.

XXXVI - comunicar à **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

XXXVII - apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Termo de Referência (Anexo I ao Edital), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da assinatura do contrato, observado o seguinte:

a) O setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório em relação ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade;

XXXVIII - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

XXXIX - informar à **Contratante** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso.;

**XL** - cumprir, durante todo o período de execução deste contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

XLI - observar as regras contidas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

XLII - manter, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A **Contratada** apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Contratante**, contado da assinatura deste contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, cabendo à **Contratada** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Parágrafo Primeiro – Caso a **Contratada** opte pela modalidade seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia a apólice deverá ter validade durante a vigência deste contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a **Contratada** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Terceiro - A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Parágrafo Quarto - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto deste contrato.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **Contratada** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Sexto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.

Parágrafo Sétimo - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Sexto, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Oitavo - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **Contratante**, em conta específica na Caixa Econômica Federal/CEF, com correção monetária.

Parágrafo Nono - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Décimo - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo Primeiro - No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Segundo - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Terceiro – A **Contratante** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, observado o seguinte:

a) O emitente da garantia ofertada pela **Contratada** deverá ser notificado pela **Contratante** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

b) Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Parágrafo Décimo Quarto - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Contratante**, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Parágrafo Décimo Quinto - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Décimo Sexto - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **Contratante** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **Contratada**.

Parágrafo Décimo Sétimo - A **Contratada** autoriza a **Contratante** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

Parágrafo Décimo Oitavo - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **Contratada** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas à **Contratada** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando a **Contratada** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#));

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV) Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

b.1) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput desta cláusula, de 5% a 15% do valor do Contrato;

d) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput desta cláusula, de 2% a 8% do valor do Contrato;

e) para infração descrita na alínea “b” do caput desta cláusula, a multa será de 2% a 12% do valor do Contrato;



f) para infrações descritas na alínea “d” do caput desta cláusula, a multa será de 1% a 7% do valor do Contrato;

g) para a infração descrita na alínea “a” do caput desta cláusula, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações que não se justificam a imposição de penalidade multa e que a empresa não tenha cometido a infração de forma reincidente.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **Contratante** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021), observadas as seguintes disposições:

I) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

II) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **Contratante à Contratada**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021), conforme o caso;

III) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I) a natureza e a gravidade da infração cometida;

II) as peculiaridades do caso concreto;

III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV) os danos que dela provierem para a **Contratante**;

V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Sétimo - A personalidade jurídica da **Contratada** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **Contratada**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Oitavo - A **Contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Nono - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua extinção nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do disposto na Cláusula “Das infrações Administrativas e Sanções”.

Parágrafo Primeiro - No procedimento que visa à extinção do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **Contratada** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **Contratante** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a **Contratante** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente da execução do Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Natureza da Despesa: 3390.39.74 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica/Fretes e Transportes de Encomendas

Nota de Empenho - xxxxxxxxxxxx, de xx/xx/xx

Valor - R\$ xxxxxxxxx

Parágrafo Único - Para os exercícios futuros, após a disponibilização orçamentária, o TRE/PE emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, e será lavrado o correspondente apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018, Resolução TSE nº 23.650/2021 e Resolução TRE-PE nº 390/2021 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito da **Contratante**, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Parágrafo Primeiro - É vedada à **Contratada** a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **Contratada** implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

Parágrafo Quinto - A **Contratada** deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com a **Contratante**, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sexto - A **Contratada** deverá informar, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, à **Contratante**, e esta deverá informar ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sétimo - Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a **Contratada** e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por esta **Contratante**, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG e endereço eletrônico.

Parágrafo Oitavo - A **Contratada** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da Contratada será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Nono - A **Contratada** deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **Contratante** e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **Contratante**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela Contratada enseja a aplicação de sanções e extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

Este contrato regula-se pela Lei nº 14.133/2021, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da **Contratante** na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

É eleito o Foro da Justiça Federal, da Cidade de Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir os litígios que decorreram da execução deste termo de contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por se acharem assim, justos e acordados, Contratante e Contratada firmam o presente Contrato assinado eletronicamente.

Recife, xx de xxxxxx de 2024.

**CONTRATANTE - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE**

**Orson Santiago Lemos**

**Diretor-Geral**

CPF/MF 5\*\*.\*\*\*.\*\*\*-15

**CONTRATADA - \_\_\_\_\_**

**Representante Legal**

CPF/MF



**Poder Judiciário Federal  
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**

**ANEXO ÚNICO**

**EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO  
Contrato n.º /2024**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

O preço estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto do Termo de Referência desta contratação será revisto após a execução dos serviços em cada turno das eleições com a observância dos níveis mínimos de qualidade exigidos. Portanto, a execução que não atinja qualitativamente os objetivos dos serviços contratados importará pagamento proporcional, nos termos da Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG e suas alterações.

Tais ajustes visam a assegurar à CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução, com a dedução prevista na Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG e suas alterações.

Terminado o turno de prestação dos serviços, o representante da CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil após o 1º e 2º Turno das Eleições, a Relação de Falhas, conforme modelo abaixo.

Nos termos da Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG e suas alterações, nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-PE poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos da Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES/MPDG e suas alterações, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

**1. Formulário de Relação de Falhas Diárias**

Os serviços objeto do Termo de Referência desta contratação serão avaliados pelo Fiscal Técnico/setorial e Fiscal Administrativo, no âmbito de sua competência, que registrarão as falhas no formulário denominado “RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS”, indicando a data da ocorrência e a descrição sintética do fato.

Ao final do período de execução dos serviços, todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL e os fiscais emitirão um relatório, para medição do resultado a ser efetuada pelo Gestor do Contrato, mediante Relatório de Avaliação dos Serviços Prestados.

**2. Relatório de Avaliação dos Serviços Prestados**

Com base na apuração realizada pelo Fiscal Técnico/setorial e Fiscal Administrativo, o Gestor preencherá o Relatório de Avaliação dos Serviços Prestados, multiplicando o total de ocorrências apuradas pela pontuação correspondente, totalizando os pontos perdidos.

O total de pontos será aplicado à tabela de indicador de qualidade, de modo a aferir o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual.

#### FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS

Relação de Falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de transporte de urnas eletrônicas.

SERVIÇO: Disponibilização de quantitativo de veículo e reserva de contingência, para o carregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas na forma e no quantitativo indicados nos roteiros especificados pelos cartórios (Sislog) constantes no Termo de Referência.

TURNO DA VERIFICAÇÃO: _____
RELAÇÃO DE FALHAS DIÁRIAS

FALHA 1:	Disponibilização de veículo e de contingência em desacordo com as quantidades e modelos indicados nos roteiros especificados pelos cartórios constantes no Termo de Referência.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 2:	Disponibilização de veículo e de contingência sem as devidas licenças, taxas, alvarás ou imposto que incidam sobre a execução do objeto, assim como sem qualquer um dos itens de segurança estabelecidos em legislação vigente e pneus fora das condições ideais de rodagem, sem lacre de segurança etc.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 3:	Não cumprimento dos prazos estabelecidos para
----------	---

	carregamento, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, conforme Cronograma de Eventos previsto no Termo de Referência.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 4:	Realização de carregamento ou descarregamento, parcial ou integral, das urnas fora do período compreendido entre 08:00 e 18:00 horas.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 5:	Não disponibilização de pessoal próprio (motorista e/ou carregador) e contingência, para efetuar a condução do veículo e para efetuar a carga e descarga das urnas nos locais de entrega ou recolhimento.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 6:	Permitir que empregado (motorista e/ou carregador) trabalhe sem traje adequado e sem identificação, em desacordo com o contido no Termo de Referência.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 7:	Não substituição imediata de motorista, supervisor e/ou carregador no caso de comprovada falta grave na condução do veículo ou na prestação do serviço.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 8:	Não cumprimento de prazos ou não atendimento às solicitações da Contratante, referentes à prestação dos serviços e acompanhamento do contrato.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 9:	Não comparecimento ao TRE-PE, quando solicitado pela gestão do contrato, para acompanhamento da prestação dos serviços.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 10:	Causar dano a urna e/ou caixa de urna que esteja sob sua responsabilidade.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 11:	Não cumprir os roteiros especificados pelos cartórios constantes no Termo de Referência, quando da distribuição e/ou recolhimento das urnas.
-----------	--



AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

FALHA 12:	Não apresentar formalmente 1 (um) preposto com função de supervisor local para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco, deverá ser, com no mínimo, 1 (um) telefone celular em funcionamento, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do pleito (1º Turno), responsável pelos serviços prestados pela contratada no respectivo polo eleitoral.
AFERIÇÃO:	Condicionada à verificação pelo fiscal técnico/setorial.
OBSERVAÇÃO:	O Fiscal técnico/setorial deve notificar imediatamente a contratada para apresentar explicações e sanar a irregularidade.
Data da Ocorrência:	
Descrição Sintética:	
Total de Ocorrências:	

<b>INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR</b>  Relação de Falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de transporte de urnas, por turno.  SERVIÇO: Prestação de serviço de transporte de urnas para as Eleições (Carregamento, Distribuição e Recolhimento)				
<b>RELATÓRIO POR TURNO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>				
Nº DO RELATÓRIO: TURNO: _____/ANO				
ITEM	OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO (1)	QUANT. DE OCORRÊNCIAS (2)	PONTOS PERDIDOS (1) x (2)
1	Disponibilização de veículo e de contingência em desacordo com as quantidades e modelos indicados nos roteiros especificados pelos cartórios constantes no Termo de Referência.	0,5		
2	Disponibilização de veículo e de contingência sem as devidas licenças, taxas, alvarás ou imposto que incidam sobre a execução do objeto, assim como sem qualquer um dos itens de segurança estabelecidos em legislação vigente e pneus fora das condições ideais de rodagem, sem lacre de segurança etc.	0,5		
3	Não cumprimento dos prazos estabelecidos para carregamento, distribuição e recolhimento das urnas	0,5		

	eletrônicas, conforme Cronograma de Eventos previsto no Termo de Referência.			
4	Realização de carregamento ou descarregamento, parcial ou integral, das urnas fora do período compreendido entre 08:00 e 18:00 horas.	0,5		
5	Não disponibilização de pessoal próprio (motorista e/ou carregador) e contingência, para efetuar a condução do veículo e para efetuar a carga e descarga das urnas nos locais de entrega ou recolhimento.	1		
6	Permitir que empregado (motorista e/ou carregador) trabalhe sem traje adequado e sem identificação, em desacordo com o contido no Termo de Referência.	0,5		
7	Não substituição imediata de motorista, supervisor e/ou carregador no caso de comprovada falta grave na condução do veículo ou na prestação do serviço.	1		
8	Não cumprimento de prazos ou não atendimento às solicitações da Contratante, referentes à prestação dos serviços e acompanhamento do contrato.	0,5		
9	Não comparecimento ao TRE-PE, quando solicitado pela gestão do contrato, para acompanhamento da prestação dos serviços.	0,5		
10	Causar dano a urna e/ou caixa de urna que esteja sob sua responsabilidade.	0,5		
11	Não cumprir os roteiros especificados pelos cartórios constantes no Termo de Referência, quando da distribuição e/ou recolhimento das urnas.	1		
12	Não apresentar formalmente 1 (um) preposto com função de supervisor local para cada polo eleitoral do estado de Pernambuco, deverá ser, com no mínimo, 1 (um) telefone celular em funcionamento, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do pleito (1º Turno), responsável pelos serviços prestados pela contratada no respectivo polo eleitoral.	1		
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS				

INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS = 10 – (TOTAL DE PONTOS PERDIDOS)

NOTA	ADEQUAÇÕES NO PAGAMENTO	RESULTADO
INDICADOR maior ou igual a 9,0	Sem adequação da fatura	( )
INDICADOR maior ou igual a 8,0 e menor que 9,0	Notificação à CONTRATADA	( )
INDICADOR maior ou igual a 7,0 e menor que 8,0	Notificação à CONTRATADA e abatimento de 5% no valor mensal contratado	( )
INDICADOR maior ou igual a 6,0 e menor que 7,0	Notificação à CONTRATADA e abatimento de 10% no valor mensal contratado	( )
INDICADOR maior ou igual a 5,0 e menor que 6,0	Notificação à CONTRATADA e abatimento de 15% no valor mensal contratado	( )
INDICADOR menor que 5,0	Notificação à CONTRATADA e abatimento de 20% no valor mensal contratado	( )
Observação.: A ocorrência reiterada das irregularidades apontadas no RELATÓRIO MENSAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS serão comunicadas à autoridade competente e ensejarão à abertura de		

processo administrativo.



Poder Judiciário Federal  
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

## **ANEXO XVIII**

### **EDITAL DO PREGÃO N.º 90034/2024 – ELETRÔNICO**

#### **CADASTRO PARA ASSINATURA DE ATA/CONTRATO**

1. Informações da pessoa indicada para representar a licitante vencedora no Contrato:

1.1 Nome completo:

1.2 Estado Civil:

1.3 Cargo ou função:

1.4 Número da identidade:

1.5 CPF/MF:

1.6 Documentação comprobatória da relação jurídica existente entre a pessoa indicada e a empresa contratada

2. Informações da licitante vencedora:

2.1 Razão Social:

2.2 CNPJ:

2.3 Endereço:

2.4 Telefone:

2.5 Telefone celular com whatsapp:

2.6 Dados bancários:

2.7 Agência:

2.8 Conta corrente:

2.9 Banco:

2.10 E-mail: